



Revista de Estudos Demográficos

n° 41



Ano de edição 2007

FICHA TÉCNICA:

Título

Revista de Estudos Demográficos

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

450 exemplares

ISSN 1645-5657

Depósito legal n.º: 185856/02

Periodicidade Semestral

Preço

€ 15,00 (IVA incluído)

DIRECÇÃO EDITORIAL:

Editor Chefe:

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística

Editores Adjuntos:

Fernando Casimiro - Instituto Nacional de Estatística

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

Conselho Editorial:

Alfredo Bruto da Costa - Universidade Católica, Lisboa

Ana Nunes de Almeida - Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa

António Barreto - Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa

Fernando Casimiro - Instituto Nacional de Estatística

Gilberta Rocha - Universidade dos Açores

Joaquim Manuel Nazareth - Instituto Superior de Estatística e
Gestão da Informação (ISEGI), Lisboa

Jorge Arroiteira - Universidade de Aveiro

Karin Wall - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da
Empresa (ISCTE), Lisboa

Leston Bandeira - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e
Emprego (ISCTE), Lisboa

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

Maria Ioannis Baganha - Universidade de Coimbra

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística

Secretária:

Liliana Martins - Instituto Nacional de Estatística

Os pontos de vista expressos nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente a opinião do Instituto Nacional de Estatística. Por questões de arredondamento, os totais de alguns quadros podem não corresponder à soma das parcelas.

Serviço de Apoio ao Cliente 808 201 808

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

Apresentação

O Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia, através da decisão nº 771/2006/CE de 16 de Maio, decretaram 2007 como o *Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos*, com o objectivo de promover a igualdade e a não discriminação em todos os Estados Membros.

A legislação anti discriminação em vigor na União Europeia (EU) é bastante exaustiva e encontra-se transposta no direito português e bem salvaguardada pela Constituição da Republica. No entanto, criar leis que proíbem a discriminação não garante que a mesma seja eliminada.

A sociedade mudou. O fenómeno do envelhecimento demográfico, traduzido no aumento das pessoas idosas, em particular das mulheres, parece irreversível, os fortes movimentos de pessoas transformaram países, outrora de emigração, em países receptores de imigrantes de diversas origens. O aumento da circulação rodoviária expõe mais os indivíduos ao risco de acidentes, dos quais resultam mortes ou deficiências de diferente grau.

As pessoas idosas, os imigrantes e as pessoas com deficiência, são alguns dos grupos populacionais vulneráveis à discriminação. Nesse sentido, e para assinalar o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, divulga-se um conjunto de artigos que abordam temas actuais ligados aos referidos grupos populacionais.

Assim, o presente número aborda um conjunto de áreas tais como os efeitos produzidos pela imigração no envelhecimento demográfico em Itália, os factores ligados ao risco e à protecção dos adolescentes imigrantes, através da perspectiva dos adolescentes, bem como o efeito protector dos avós no desenvolvimento destes adolescentes imigrantes. Apresenta-se uma breve caracterização da sinistralidade rodoviária, fazendo referência a novas análises que poderão constituir um contributo para a caracterização do fenómeno. É particularmente enfatizada a importância de desenvolver a análise a nível da quantificação e exposição ao risco. Finalmente, um artigo que procura combinar as diferentes fontes de informação sobre discriminação étnica, sugerir fontes adicionais e indicadores a utilizar no futuro próximo.

Em Notas e Documentos divulgam-se os Comentários Finais do Seminário “Homens e Mulheres em Portugal”, realizado pelo INE em 23 de Novembro de 2005.

Os nossos agradecimentos endereçam-se aos autores dos artigos que integram este número da revista, estendem-se aos membros do Conselho Editorial e a outros especialistas que connosco colaboraram, dando sugestões que permitiram melhorar os trabalhos divulgados.

Maria José Carrilho

Editora Chefe

Junho 2007

Índice

Artigo 1º

- A contribuição da imigração na natalidade: a experiência italiana** 5
The effect of immigration on fertility: the italian case

Antonio Cortese

Artigo 2º

- Sinistralidade rodoviária: contextualização e análise** 13
Traffic Accidents: state of the art and data analysis

Cunha G.; Brito, B.; Leal, A. e Torgal, J.

Artigo 3º

- Comportamentos de Saúde de Adolescentes Migrantes e o Efeito Protector da Relação com os Avós** 37
Health Behaviour in migrant adolescents: grandparents protective effect

Tânia Gaspar e Margarida G. Matos

Artigo 4º

- Medidas de Discriminação Étnica em Portugal: uma análise exploratória** 53
Measures for Ethnic Discrimination in Portugal: an explanatory analyse

Maria José Carrilho e Maria Cidália Mesquita Figueiredo

Notas e Documentos

- Seminário Homens e Mulheres em Portugal - Comentários Finais, 23 de Novembro 2005** 75
Seminar on Men and Women in Portugal - Final Comments, 23 November 2005

Paulo Machado



A contribuição da
imigração na
natalidade: a
experiência italiana

Autor: Antonio Cortese

Professor de Métodos Estatísticos para Avaliação de Políticas,
Faculdade de Economia, Universidade de Roma Três

E-mail: cortese@uni.net

Resumo:

O objectivo deste artigo é traçar algumas considerações sintéticas sobre os efeitos produzidos pela imigração na ordem demográfica em Itália.

O primeiro impacto que se verifica é, obviamente, o de reduzir as consequências do declínio demográfico quer directamente pelo aumento da população, especialmente em idade activa quer indirectamente pelo acréscimo de fecundidade que origina.

Palavras Chave: Imigração, fecundidade, envelhecimento, crescimento da população

Abstract

This article outlines the effects of immigration on the demographic situation in Italy.

The impact noted is obviously that of reducing the consequences of the demographic decline improving directly the growth of the population, mainly at the active age, and indirectly the increase of fertility.

Key words: Immigration, fertility, ageing, population growth

The effect
of immigration on
fertility: the italian case

1. As mudanças na estrutura etária

À semelhança do que acontece em diversos países europeus, o envelhecimento da população e a imigração caracterizam, desde há muito tempo, a dinâmica demográfica da Itália¹.

Entre 1971 e 2001, a percentagem de pessoas com mais de 64 anos passou de 11,3% para 18,7% (cfr. Quadro 1) e de acordo com dados mais recentes já se atingiu o limiar do 20%. Por causa de uma fecundidade excepcionalmente baixa que, ao longo dos anos, levou à progressiva redução numérica das novas gerações e, também, do prolongamento da esperança de vida, que garante às gerações mais idosas uma permanência em vida cada vez mais prolongada (em 2005 a vida média dos homens atingiu os 77,6 anos e a das mulheres os 83,2), o envelhecimento da população, com as relativas repercussões no campo social e económico, confirma-se em toda a sua evidência. O desequilíbrio da população a favor das idades mais avançadas torna-se ainda mais determinante do quanto foi demonstrado pelos dados referidos, tendo em consideração que a redução dos níveis de fecundidade nos últimos vinte e cinco anos levou a uma descida constante da população dos jovens até aos 15 anos que, em 2005, decresceu para 14,1% do total, contra os 22,6% de 1980. Se, no fim da década de oitenta, ainda podia ser considerada a hipótese de uma população numericamente quase estacionária e capaz de alcançar essa condição com o equilíbrio da estrutura por sexo e idade, mesmo que tal hipótese fosse pouco realística, hoje em dia torna-se cada vez mais evidente a alternativa do decréscimo demográfico. A intensidade e a natureza das mudanças, que ocorrem há largos anos, estão a provocar alterações em equilíbrios seculares, que põem em causa a estrutura económica, a organização social, o sistema das relações interpessoais e intergeracionais, a mesma estruturação do ciclo de vida dos italianos e os modelos de uma cultura provavelmente ainda impreparada para encarar transformações tão profundas (Blangiardo, 1990).

est. gov

Quadro 1

População residente, com 65 ou mais anos, em Itália - Censos de 1971, 1981, 1991 e 2001 (dados em milhares)		
Censos	Número	% sobre a população total
1971	6 101	11,3
1981	7 485	13,2
1991	8 700	15,3
2001	10 646	18,7

Fonte: Istat

Quanto ao decréscimo dos nascimentos, poderão ser confrontados os dados da Quadro 2 no qual é feita a comparação entre o número dos nados vivos nos anos entre 1976 e 1979 e o número relativo aos anos 2002-2005. Para uma análise de longo prazo, é útil lembrar que em 1964 houve mais de um milhão de nascimentos e que, apenas dez anos mais tarde eram cerca de 900 mil; sucessivamente e em rápida sequência, verificou-se a descida para cerca de 800 mil em 1976, 700 mil em 1979 e 600 mil em 1984.

¹ A situação de Portugal é muito semelhante: "O envelhecimento demográfico e a imigração são os grandes desafios que a sociedade portuguesa enfrenta a para os quais se tem que encontrar respostas de modo a garantir uma sociedade inclusiva para todos" (Carrilho e Patrício, 2006).

art. 92

Quadro 2

Nados vivos, em Itália, nos anos 1976-1979 e 2002-2005			
Anos	Número ^(a)	Anos	Número ^(b)
1976	781 638	2002	530 443
1977	741 103	2003	531 274
1978	709 043	2004	553 770
1979	670 221	2005	554 022

^(a)Os dados referem-se à população presente^(b)Os dados são obtidos a partir do balanço demográfico da população residente

Fonte: Istat

Na sequência deste decréscimo, torna-se óbvio que a taxa de fecundidade total a qual, como se verifica no Quadro 3, desde 1977 que é inferior ao que se considera como nível mínimo de substituição – 2,1 filhos por mulher (em meados dos anos setenta tinha atingido os valores máximos do pós-guerra com quase 2,7 filhos por cada mulher). Desde 1995, ano em que a fecundidade italiana atingiu o seu mínimo nível histórico (1,19 filhos por cada mulher), que se regista uma pequena recuperação que reduz a distância em relação aos outros grandes países europeus (veja-se a propósito o Quadro 4).

art. 93

Quadro 3

Número médio de filhos, por cada mulher, em Itália, nos períodos 1976-1979 e 2002-2005			
Anos	Número	Anos	Número
1976	2,08	2002	1,27
1977	1,95	2003	1,29
1978	1,85	2004	1,33
1979	1,74	2005 ^(a)	1,32

^(a)Estimativa

Fonte: Istat

art. 94

Quadro 4

Número médio de filhos, por mulher, nalguns países europeus em 2005	
Países	Número
Alemanha	1,36
França	1,94
Espanha	1,33
Reino Unido	1,80

Fonte: Eurostat

2. O papel da imigração

Na vertente da imigração, sublinha-se a semelhança com o que acontece nos outros países da Europa mediterrânea. A Itália está, desde há muito tempo, a sofrer uma forte pressão migratória. Após a unificação (especificar?), e durante largas décadas, consistentes correntes migratórias italianas seguiram para o estrangeiro. Com efeito, entre 1871 e 1970, cerca de 26 milhões de italianos deixaram o país (Cortese, 2004). Ao longo dos cerca de 40 anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, a Itália conheceu a primeira das suas grandes experiências migratórias em direcção ao estrangeiro, a transoceânica. Depois de uma primeira fase na qual a massa migratória, ainda não verdadeiramente intensa, se divide quase em partes iguais entre as duas correntes, continental e transoceânica, segue-se uma segunda na qual a corrente transoceânica regista um desenvolvimento excepcional. (Não será possível mencionar os principais países de destino, sobretudo transoceânicos?) Entre as duas guerras mundiais predomina uma política de contenção das migrações. São sobretudo os países europeus que marcam a evolução demográfica do segundo pós-guerra: França, Suíça e Bélgica são inicialmente os destinos mais procurados, e a partir de 1960 torna-se predominante a migração para Alemanha. Ao longo dos anos setenta, a Itália conhece uma inversão de tendência nos movimentos migratórios: de país de emigrantes, o país torna-se gradualmente área de imigrações adaptando, também neste aspecto, a sua situação à dos países europeus mais desenvolvidos da Europa do Norte.

2011_05

Quadro 5

Estrangeiros residentes recenseados em Itália, 1971, 1981, 1991 e 2001	
Censos	Número
1971	121 715
1981	210 937
1991	356 159
2001	1 334 889

Fonte: Istat

Esta situação comprova-se através dos dados do Quadro 5, referente aos últimos quatro censos gerais da população. Trata-se dos estrangeiros “residentes”, isto é, os estrangeiros que tendo obtido uma autorização de residência tiveram mais tarde a possibilidade de inscrever-se no “anagrafe”². Não tendo em conta os estrangeiros ilegais (os que entraram clandestinamente e os que, findo o prazo da autorização de residência, não abandonaram o país), o último Relatório Estatístico da Caritas (2006) estima em 3.035.144 o número dos residentes temporários regulares no fim de 2005. É oportuno realçar que durante este período foram realizados diversos programas de regularização³. Tomou-se conhecimento do facto de que as migrações não são um fenómeno com carácter temporário ou conjuntural, mas sim estrutural. Por outro lado, a experiência demonstrou que quanto menor é o número dos imigrantes admitidos, em relação à procura do país, maior é o crescimento do número dos clandestinos. Hoje, a percentagem de estrangeiros sobre o total da população residente ultrapassa os 5%, valor que já coloca a Itália numa posição próxima da de outros países europeus que conhecem há muito tempo o fenómeno da imigração.

Esta extensa explicação foi necessária para ilustrar o quadro de referência sobre o qual queremos aprofundar um assunto específico; em todo o caso, ela fica algo incompleta pois, por exemplo, omitimos as diferenças regionais e não aprofundamos os diversos factores que interagem na fecundidade na tentativa de detectar as razões que determinam essa forte redução (diminuição dos casamentos, aumento da idade no primeiro casamento, entre outros). O nosso objectivo é traçar algumas considerações sintéticas sobre os efeitos produzidos pela imigração na ordem demográfica.

² Trata-se de um arquivo no qual os Municípios devem registrar nominalmente as pessoas com residência habitual no Município onde estão localizadas independentemente das variações que se verifiquem na população.

³ A última disposição é a referida na lei nº 222, de 9 de Outubro de 2002.

O primeiro impacto que se verifica é, obviamente, o de reduzir as consequências do declínio demográfico. Ao longo dos últimos dez anos, a população da União Europeia (15 países) cresceu, anualmente, cerca de 0,3%, graças apenas à contribuição das imigrações. Em muitos países, entre os quais a Itália, a população teria diminuído sem a imigração. Por outras palavras, na Itália a imigração tornar-se-á cada vez mais o único factor de crescimento demográfico capaz de minimizar a prevalência das mortes sobre os nascimentos.

A análise da estrutura por idade dos estrangeiros residentes em Itália, e recenseados em 2001, revela que se trata – como era legítimo esperar – de uma população jovem: três estrangeiros em cada quatro (73,0%) tinham uma idade inferior a 40 anos. As consequências positivas para a oferta de trabalho são evidentes. Efectivamente, em consequência da evolução demográfica em curso, a população em idade laboral começará a diminuir ainda antes da população total. Em relação ao degradado relacionamento entre activos/inactivos, é oportuno lembrar que no panorama da União Europeia, a Itália é o país com a população mais idosa. A taxa de dependência estrutural dos idosos, isto é, a relação entre a população de 65 anos ou mais e a população em idade activa, hoje é já a mais elevada entre os países europeus.

Também do ponto de vista demográfico, há uma terceira consequência produzida pela imigração que colocamos no centro da nossa atenção e sobre a qual nos debruçamos.

Em finais de 2005, as mulheres estrangeiras titulares de autorização de residência eram ainda em número inferior ao dos homens, mas já atingem 49,9% do total, confirmando a forte componente feminina dos fluxos de entrada que se registou ao longo dos últimos anos. Se é verdade que o trabalho representou, há algum tempo, a razão principal das migrações para Itália, desde 1995 as entradas para reagrupamento familiar apresentaram uma dinâmica de crescimento mais acentuada em relação às entradas por motivo de trabalho. Os fluxos migratórios para reagrupamento familiar são constituídos sobretudo por mulheres, chamadas para Itália pelos maridos imigrados por razões de trabalho, e isto explica a variação na estrutura por sexo, mencionada anteriormente.

Como vimos, nos últimos anos houve na Itália uma retoma prudente da fecundidade num quadro de estabilidade dos casamentos. Assim, emerge uma progressiva mudança na maneira de conceber a vida familiar e do casal. O sinal mais significativo é constituído pelo aumento dos nascimentos fora do casamento que, em relação ao total ao longo de uma década, passa de 8,1% em 1995 para 14,9% em 2004, a nível nacional. Um outro elemento que testemunha a mudança é representado pelo incremento dos nascimentos cujos pais são ambos estrangeiros, os quais no mesmo período passam de 1,7 para o 8,8 por cento (9,4 em 2005) dos nascimentos. A emergência destes dois novos factores explica uma parte importante da dinâmica da fecundidade ao longo da última década (Istat, 2006). A este propósito basta confrontar os dados indicados no Quadro 6, os quais evidenciam implicitamente uma maior fecundidade nas mulheres estrangeiras, cuja contribuição para a natalidade total já está próxima de 10% mesmo que, devido a condições mais frequentes de privações sociais, a maternidade e a família possam ser experiências que as imigradas vivam de forma mais problemática.

Quadro 6

Nados vivos de pais estrangeiros residentes em Itália, de 2002 a 2005

Anos	Número	% sobre o total dos nados vivos
2002	33 593	6,3
2003	33 691	6,3
2004	48 925	8,8
2005	51 971	9,4

Fonte: Istat

Os dados indicados nos Quadros 7 e 8, referentes ao último censo populacional, são esclarecedores sobre as condições de vida familiar dos cidadãos estrangeiros residentes em Itália. Apesar da presença estrangeira estar já profundamente enraizada, é possível notar uma presença significativa de pessoas que vivem em famílias não estruturadas à volta de relações de casais e/ou pai/mãe-filho (as relações de parentesco que dão lugar a um núcleo familiar): a percentagem de cidadãos estrangeiros que vive em famílias unipessoais, ou noutras famílias sem núcleo, é significativamente superior à dos cidadãos italianos na mesma condição (20,7% contra 11,5% dos italianos) (Istat, 2005).

anexo 1

Quadro 7

Famílias com, pelo menos, um estrangeiro residente, e outros membros, por número de membros na família, em 2001								
Número de membros	Famílias só de estrangeiros		Famílias com italianos e estrangeiros				Total	
			Famílias	Membros				
	Famílias	Membros			Italianos	Estrangeiros	Total	Famílias
1	172 035	172 035	-	-	-	-	172 035	172 035
2	72 790	145 580	88 692	88 692	88 692	177 384	161 482	322 964
3	64 079	192 237	74 957	141 656	83 215	224 871	139 036	417 108
4	59 250	237 000	59 390	167 065	70 495	237 560	118 640	474 560
5	30 014	150 070	23 852	86 724	32 536	119 260	53 866	269 330
6 ou mais	17 601	117 104	9 846	46 494	18 035	64 529	27 447	181 633
Total	415 769	1 014 026	256 737	530 631	292 973	823 604	672 506	1 837 630

Fonte: Istat

anexo 1

Quadro 8

Núcleos familiares com, pelo menos, um estrangeiro, em 2001	
Tipologia dos núcleos	Número
Casais mistos	198 721
- marido italiano e mulher estrangeira	151 187
- marido estrangeiro e mulher italiana	47 534
Casais estrangeiros	198 679
Pai/mãe estrangeiro/a com filhos	42 785
Total	440 185

Fonte: Istat

anexo 1

Quadro 9

Taxas de aborto por 1000 mulheres residentes em Itália, por cidadania e grupos etários, em 2000		
Grupos etários	Cidadania	
	Italiana	Estrangeira
18 – 24	11,8	48,5
25 – 29	11,0	41,7
30 – 34	10,3	33,3
35 – 39	9,1	23,6
40 – 44	4,3	10,0
45 – 49	0,4	1,5

Fonte: Camera dei Deputati (Assembleia da República)

Quanto às condições relacionadas com as privações sociais acima referidas, é interessante considerar com alguma atenção os dados indicados no Quadro 9, nos quais se verifica não apenas a maior incidência de aborto entre as mulheres estrangeiras, mas também que entre as mais novas se regista uma taxa de aborto particularmente elevada. Em 2003, se excluirmos o número das interrupções voluntárias de gravidez (IVG) para as quais não foi apurada a cidadania da mulher, o número dos abortos que se referem a mulheres estrangeiras corresponde a 25,9% do valor nacional (31.836 sobre 123.111 abortos)⁴. A par de uma constante diminuição das IVG, entre as mulheres italianas, está associada, desde há alguns anos, uma contribuição das mulheres estrangeiras cada vez mais consistente para a actual taxa de abortos. Esta contribuição das mulheres estrangeiras tornar-se-á ainda maior e mais importante se, de acordo com a lei nº 194, de 22 de Maio de 1978⁵, respeitante às normas sobre a maternidade e a interrupção voluntária da gravidez, os Consultórios Familiares não souberem, como lhes é solicitado, realizar programas “virados para a promoção da consciencialização e das competências para com a procriação responsável”, que tenham em maior consideração a situação das mulheres imigradas. Numa sociedade que reitera constantemente o seu envolvimento em políticas de integração, esta perspectiva da maternidade responsável e assumida encontra, naturalmente, o seu espaço de actuação.

Referências bibliográficas

Blangiardo, G.C. (1990), *Meno italiani...più problemi ?*, Bariletti Editori, Roma

Camera dei Deputati (2005), *Relazione sullo stato di attuazione della legge concernente norme per la tutela sociale della maternità e sull'interruzione volontaria della gravidanza*, Doc. XXXVII, N. 9, Roma

Caritas-Migrantes (2006), *Immigrazione 2006. Dossier Statistico*, Edizioni Nuova Anterem, Roma

Carrilho, M.J. e Patricio, L. (2006), *A Situação Demográfica Recente em Portugal*, Revista de Estudos Demográficos, N. 38, Lisboa

Cortese, A. (2004), *La presenza straniera in Europa e in Italia: un'analisi quantitativa*, Economia Italiana, N. 3

Cortese, A. (2004), *Le comunità italiane all'estero all'inizio del XXI secolo*, in “Mobilità e trasformazioni strutturali della popolazione” a cura di M.C. Pellicani, Dipartimento per lo studio delle società mediterranee – Università di Bari, Quaderno N. 28, Cacucci Editore, Bari

Giovannelli, C., Gualtieri, G. e Lo Conte, M. (2004), *La fecondità delle donne straniere in Italia*, in “Mobilità e trasformazioni strutturali della popolazione” a cura di M.C. Pellicani, Dipartimento per lo studio delle società mediterranee – Università di Bari, Quaderno N. 28, Cacucci Editore, Bari

Istat (1986), *Sommario di statistiche storiche 1926-1985*, Roma

Istat (2005), *Gli stranieri in Italia: analisi dei dati censuari*, 14° Censimento generale della popolazione e delle abitazioni, Roma

Istat (2006), *Rapporto Annuale. La situazione del Paese nel 2005*, Roma

Teitelbaum, M.S. e Winter, J.M. (1987), *La paura del declino demografico*, il Mulino, Roma

Tucci, E. (2005), *Estimation of fertility of immigrant women from Balkans in Italy*, in “Migrations, Crises and Recent Conflicts in the Balkans”, Demobalk - Volos, Greece feito dentro dos primeiros 90 dias de gestação.

⁴ Para a lei italiana o aborto é permitido, se feito dentro dos primeiros 90 dias de gestação.

⁵ Na Itália, até 1975, o aborto era uma prática ilegal. A “histórica” lei de 1978, que conseguiu, em grande parte, eliminar a praga dos abortos clandestinos, reconhece o direito à mulher de interromper, gratuitamente e nas estruturas públicas, a gravidez indesejada; na mesma lei são estabelecidas políticas de prevenção a serem levadas a cabo nos Consultórios Familiares.



Sinistralidade
rodoviária:
contextualização e
análise

Autores: Cunha, G. ^(1,2) ; Brito, B. ^(3,4); Leal, A. ^(3,4); Torgal, J. ^(2,5)

⁽¹⁾- ESTeSL, ⁽²⁾- FCM-UNL ⁽³⁾- ISCTE ⁽⁴⁾- GNR, ⁽⁵⁾- IHMT

Resumo:

Os acidentes de viação, com os elevados prejuízos humanos e materiais que acarretam, acolheram, há algumas décadas, a atenção dos governantes internacionais. Dados relativos a 2004 apontam, na União Europeia (U.E.), para cerca de 890 mil acidentes com vítimas, das quais 30 mil são vítimas mortais (CARE, 2006). Em Portugal foram registados, em 2004, cerca de 39 mil acidentes com vítimas e mil e trezentas das quais vítimas mortais, morrendo em média por dia 3,6 pessoas em resultado de acidentes de viação (CARE, 2006).

Com este artigo os autores propõem-se contextualizar o fenómeno da sinistralidade rodoviária, retratar problemas que ainda persistem ao nível de algumas definições, nomeadamente da definição de acidente e de vítima mortal, apresentar uma breve descrição do registo e circuito de informação português que “alimenta” as bases de dados nacionais e internacionais, proceder a uma breve caracterização e análise sobre sinistralidade rodoviária, fazendo referência a novas análises que poderão constituir um contributo para a caracterização do fenómeno. É particularmente enfatizada a importância de desenvolver a análise ao nível da quantificação do risco e exposição ao risco.

Palavras Chave: acidente de viação, vítima mortal, registo e circuito de informação, mortalidade, risco, exposição ao risco, segurança rodoviária.

Traffic Accidents: state
of the art and data
analysis

Abstract

Traffic accidents, with the human victims and material damages that they cause, had received, during the last decades, the attention of the international governing. In 2004 in the European Union (U.E.), about 890 thousand accidents with victims did occurred. Thirty thousand of them result in fatal injury (CARE, 2006). In Portugal occurred in 2004, about thirty-nine thousand accidents with victims including 1,3 thousand of fatal injury. About 3,6 people died per day in result of traffic accidents (CARE, 2006). With this article authors will make a state of the art of traffic accidents, will refer some problems that still persist to the level of some definitions, in particularly accident and mortal victim, will present a brief description of the Portuguese information system that "feeds" the national and international databases, will make a characterization and data analysis on traffic accidents. It is emphasized the importance of developing the analysis at the level of the quantification of risk and exposure to the risk.

Key words: traffic accident, fatal injury, information system, mortality, risk, exposure data, road safety.

1. Introdução

Os acidentes de viação, com os elevados prejuízos humanos e materiais que acarretam, acolheram, há algumas décadas, a atenção dos governantes internacionais. Dados relativos a 2004 apontam, na União Europeia (U.E.), para cerca de 890 mil acidentes com vítimas, das quais 30 mil são vítimas mortais (CARE, 2006). Se forem considerados os países (Ásia/Pacífico, União Europa Central, de Leste e Oeste, Estados Unidos e Canadá) que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o número anual de mortos em acidentes de viação ascende a cerca de 160 mil (OCDE/ECMT, 2006). Em Portugal foram registados, em 2004, cerca de 39 mil acidentes com vítimas e mil e trezentas das quais vítimas mortais, morrendo em média por dia 3,6 pessoas em resultado de acidentes de viação (CARE, 2006). A sinistralidade rodoviária constituía em 1997 nos EUA a quarta causa de morte, situando-se à frente da diabetes, pneumonia, suicídio e infecção por HIV (Public Health, 2002).

O “combate” à sinistralidade rodoviária desenvolve-se em várias “frentes”, ao longo dos anos. A Convenção de Viena sobre tráfego rodoviário, sinalização e sinais, que ocorre em 1968 em Viena, constitui um marco importante ao nível da sensibilização dos países para esta temática. Os esforços no sentido da redução do número de acidentes e de vítimas desenvolvem-se com maior intensidade a partir da década de 90 do século passado.

Na sequência dos esforços levados a cabo por todos os países envolvidos para aumentar a segurança na estrada, quer o número de acidentes, quer a sua gravidade, tem diminuído ao longo dos últimos 13 anos (CARE, 2006). Não obstante, é possível e desejável alcançar metas mais arrojadas. Uma caracterização actualizada da dimensão do problema e uma compreensão mais aprofundada foram considerados eixos fundamentais para a definição de adequadas políticas de segurança rodoviária.

Neste contexto a OCDE estabelece em 1988, através do programa de investigação sobre sinistralidade rodoviária, a *International Road Traffic and Accident Database* (IRTAD) como um mecanismo de disponibilização de uma base de dados agregada na qual dados internacionais sobre acidentes de viação e vítimas são continuamente recolhidos. Em Janeiro de 2004 é acordado entre o centro de investigação sobre sinistralidade rodoviária da OCDE e a Conferência U. Europeia dos Ministros dos Transportes (CEMT) criar sinergias entre as actividades conduzidas pelos dois grupos no que se refere à estatísticas sobre sinistralidade e segurança rodoviária. Desde esta data a gestão da IRTAD passa a ser assegurada conjuntamente pela OCDE/CEMT. Em 2006 o centro de investigação assume o estatuto de grupo de trabalho da OCDE/CEMT passando a designar-se por “Traffic Safety Data and Analysis Group”.

A IRTAD pretende responder a necessidades de comparabilidade internacional de dados sobre acidentes de viação e exposição ao risco com vista a sustentar políticas, medidas e acções de segurança rodoviária que reduzam o número de acidentes e de vítimas mortais. Na U.E o primeiro relatório data de 1992 (IRTAD, 1992). A partir deste relatório foi proposta a elaboração de um questionário, a ser respondido por todos os países da OCDE, com o objectivo de clarificar e tentar harmonizar definições e conceitos associados à sinistralidade rodoviária, nomeadamente os conceitos de *acidentes de viação* e *vítima mortal*. O resultado deste questionário, e a respectiva análise, são apresentados num segundo relatório (IRTAD, 1998).

No contexto da União Europeia o Conselho Europeu determina, em 1993, a criação da “Community database on accidents on the road in Europe -CARE”(U.E, 1993). No contexto da sinistralidade rodoviária é também criado pela U.E um observatório sobre segurança rodoviária, designado “European Road Safety Observatory (ERSO)”. Este constitui um projecto co-financiado pela Direcção Geral de Transportes e Energia da Comissão Europeia. O observatório ERSO dá início em 2004 a um projecto a 4 anos, a decorrer entre 2004-2008, designado por SAFETYNET de modo a implementar internacionalmente uma estrutura capaz de operacionalizar os objectivos para si estabelecidos. São neste âmbito constituídos 7 grupos de trabalho versando as seguintes temáticas: WP1 base de dados CARE, WP2 Exposição ao risco, WP3 Indicadores de segurança rodoviária, WP4 Investigação de acidentes, WP5 banco de dados sobre causas de acidentes, WP6 sistemas de informação, WP7 métodos e técnicas de análise estatística de dados (ERSO, 2006).

Estes projectos deverão permitir ao nível comunitário:

- i) identificar e quantificar problemas ao nível da segurança rodoviária
- ii) avaliar a eficácia de políticas, medidas e acções relativas à segurança rodoviária
- iii) promover a troca de experiências e investigação no âmbito da sinistralidade e segurança rodoviária.

A Investigação no âmbito da sinistralidade e segurança rodoviária tem-se centrado nos seguintes tópicos: definições e conceitos, disponibilidade qualidade e comparabilidade de dados, risco e exposição ao risco, registo e circuitos de informação, investigação de acidentes, metodologias e técnicas estatísticas de análise de dados.

Com o presente artigo os autores propõem-se, a partir da contextualização e caracterização da sinistralidade rodoviária em Portugal, equacionar as principais questões que se colocam no contexto da quantificação e compreensão do fenómeno dos acidentes de viação, apontando possíveis caminhos para a sua resolução.

Assim, no âmbito deste artigo e para além desta introdução, abordar-se-ão problemas que ainda persistem ao nível da definição de *acidente* e de *vítima mortal* (ponto 2), descrever-se-á sumariamente o sistema de registo e circuito de informação português que “alimenta” as bases de dados nacionais e internacionais (ponto 3), far-se-á uma breve caracterização sobre sinistralidade rodoviária, apresentando uma análise, fazendo referência a novas análises que poderão constituir um contributo para a caracterização do fenómeno e introduzindo a problemática da quantificação do risco e da exposição ao risco de acidente (ponto 4). Por fim far-se-á uma síntese dos pontos anteriores, apresentando-se as principais conclusões e fazendo referência a projectos em curso que visam aprofundar o tema da sinistralidade rodoviária (ponto 5).

2. Definições e conceitos

“Na circulação rodoviária ocorrem tantos acidentes que as estatísticas sobre acidentes constituem a fonte de informação mais significativa para o desenvolvimento de políticas e decisões.... Para a comparabilidade internacional um nível de registo de acidentes similar é essencial” (IRTAD, 1998).

A definição clara do que se pretende medir é fundamental para uma correcta quantificação. A comparação internacional dos resultados exige não só idêntica clarificação dos conceitos em avaliação como ainda que estes representem, em diferentes espaços geográficos, o mesmo fenómeno.

Da imensa diversidade de conceitos que são utilizados no contexto da sinistralidade rodoviária realçamos dois que reúnem duas importantes características:

- i) são os alicerces de toda a análise subsequente, revestindo-se por esta razão de grande importância.
- ii) não são uniformemente definidos no contexto internacional, comprometendo deste modo a quantificação do problema em termos internacionais e a respectiva comparabilidade.

O primeiro conceito que surge em documentação sobre sinistralidade rodoviária é o conceito de **Acidente de viação**.

As definições sobre *acidente de viação* não são idênticas em todos os países. A título de exemplo apresentam-se de seguida as definições utilizadas em alguns países.

Em Portugal *acidente de viação* é uma “... ocorrência na via pública ou que nela tenha origem envolvendo pelo menos um veículo, do conhecimento das entidades fiscalizadoras (GNR, GNR/BT e PSP) e da qual resultem vítimas e/ou danos materiais” (DGV, 2005).

Os EUA apresentam a seguinte definição para acidente de viação: “uma ocorrência que produz danos humanos ou materiais, envolve um veículo motorizado em transporte de pessoas ou bens e ocorre numa via ou enquanto o veículo se encontra em movimento mesmo após sair da via de circulação.” (IRTAD, 1998). É ainda referido que nos trabalhos e estudos desenvolvidos no âmbito da **National Highway Traffic Safety Administration** (NHTSA) não será utilizada a expressão *acidente* uma vez que a sua utilização continuada promove o conceito de que este tipo de ocorrência está fora do controlo e influência humana. Sobre este tema acrescenta ainda que as expressões “crash (choque), collision (colisão) or incident (incidente)” constituem termos mais apropriados devendo ser encorajada a sua utilização. (NHTSA, 2007).

Em Espanha acidente é “o que ocorre numa via pública, envolvendo pelo menos um veículo motorizado e do qual resulta pelo menos uma pessoa com ferimentos ou morte” (IRTAD, 1998).

Em França “...não há uma definição oficial. Não são considerados acidentes de viação os que resultem em apenas danos materiais” (IRTAD, 1998).

Na Grã-Bretanha acidentes de viação são os “acidentes que ocorrem na via pública envolvendo pelo menos um veículo e tendo como resultado a morte ou ferimento de pessoas. Não são contabilizados os acidentes dos quais resultem apenas danos materiais” (IRTAD, 1998).

Face à diversidade de situações existentes, que comprometem a comparabilidade internacional de dados sobre o tema, foi aprovada a seguinte definição oficial para *acidente de viação* a utilizar em estatísticas internacionais:

“... o que ocorre ou tem origem numa via ou estrada aberta à circulação rodoviária pública; do qual resulta uma ou mais vítimas mortais ou com ferimentos e no qual pelo menos um veículo está envolvido. Estes acidentes incluem colisões entre veículos, veículos e peões, veículos e animais ou veículos e obstáculos fixos. Incluem ainda situações de acidente no qual apenas um veículo esteja envolvido não havendo o envolvimento de mais nenhum utilizador da via.” (IRTAD, 1998, pg 13).

Na sequência desta decisão todos os países que integram as bases de dados IRTAD ou CARE deverão proceder a um esforço de uniformização dos respectivos dados sobre acidentes de viação.

Não estão ainda ultrapassadas as dificuldades inerentes a estas diferenças às quais se pode acrescentar variações nos tipos de via e na cobertura dos diversos tipos de ferimentos humanos e danos materiais, traduzindo-se em diferenças significantes ao nível do número de acidentes com vítimas registados e enviados à U.E pelos diversos estados membros (CARE-Glossary, 2006).

Um outro conceito que assume grande importância, particularmente no contexto da definição e avaliação das políticas de segurança rodoviária, é o conceito de **vítima mortal de acidente de viação**. A definição de vítima mortal, e consequentemente a sua contabilização, não é idêntica em todos os países.

Em Portugal *vítima mortal de acidente de viação* é aquela cujo “óbito ocorra no local do evento ou no percurso até à unidade de saúde.” (DGV, 2005).

No glossário para as estatísticas dos transportes (Glossary, 2003) vítima de acidente de viação é “qualquer pessoa que morra no local do acidente de viação ou como consequência deste até 30 dias após a ocorrência” (IRTAD, 1998). Sendo complexas e demoradas as alterações metodológicas e conceptuais ao nível de cada um dos países que integram as bases de dados internacionais foi necessário encontrar uma forma de tentar estimar, o número de vítimas mortais de acidentes de viação. Neste âmbito foram determinados factores de correcção a aplicar aos dados nacionais de vítimas mortais. Para a determinação destes factores foi considerada a duração do *follow-up* feito por cada um dos países às vítimas de acidentes de viação que dão entrada em instituições de cuidados de saúde e informação relativa à mortalidade por tipo de morte. Aos dados portugueses aplica-se um factor de 1,14 (CARE-Glossary, 2006).

Uma das dificuldades associadas à harmonização da definição de vítima mortal, por todos os países da OCDE prende-se com as dificuldades de efectivar um eficaz “**follow-up**”, das vítimas de acidentes de viação que dão entrada em unidades de cuidados de saúde, ao longo de 30 dias (IRTAD, 2003).

3. Registo e circuito de informação

a) Registo

A recolha de dados sobre sinistralidade rodoviária pode ser feita por qualquer instituição ou indivíduo. No entanto, em Portugal, a recolha e registo sobre os acidentes que ocorrem, as suas características, a sua envolvente, as vítimas que produzem, são da responsabilidade de entidades reguladoras de trânsito ou forças policiais. Nestas realça-se os agentes da Brigada de Trânsito da GNR e PSP, que acorrem ao local do acidente e neste procedem ao registo dos dados. Os dados a recolher e a forma do registo revestem-se da maior importância, pois constituem os alicerces de toda análise e investigação subsequentes.

Neste ponto procede-se a uma descrição do actual registo e circuito de informação existente, fazendo-se referência aos desenvolvimentos que, neste âmbito, se têm realizado.

Como qualquer fenómeno da realidade, o acidente de viação produz uma “explosão” de variáveis que urge registar, pois, as condicionantes em que este fenómeno se produz, distorcem a cada minuto que passa a fidedignidade da variável produzida. A pertinência do estudo e investigação dos acidentes de viação é tema que já foi discutido no percurso deste artigo, mas a exigência desta investigação é, também ela, mais uma condição para a escolha e qualidade das variáveis a registar.

O **registo** no local de acidente e o posterior estudo do acidente de viação irá depender de vários factores que irão “cristalizar a realidade” de uma determinada forma e não de outra. Dos factores que influenciam este registo destaca-se:

- A finalidade do registo
- A formação de base dos investigadores (como conhecimentos em português, matemática, informática, mecânica, etc.)
- A formação específica dos investigadores (cursos específicos para a investigação de acidentes de viação)
- Os diversos quadros de referência teórica, que permitem diferentes elencos de variáveis a registar.
- As condições psicofísicas dos investigadores no momento do registo
- Os suportes que são utilizados para o registo (Check-lists, suporte informático, etc.)
- Os instrumentos de medida e de recolha de imagem
- As condições ambientais e de luminosidade no local
- O stress existente no local (via fechada ao trânsito, familiares de vítimas)

Sendo efectuado por entidades reguladoras de trânsito ou forças policiais, o registo da sinistralidade advém da actividade diária da regulamentação do trânsito, da contra-ordenação ou da condução de um processo-crime quando existe ordem do ministério público, normalmente em casos de acidentes com vítimas mortais. Este registo é orientado, na sua maioria, para a obtenção de prova e reconstituição do acidente com fim de descrição para outras entidades como seguradoras ou tribunais. No entanto, a exigência de um registo mais aproximado da realidade quanto possível não separa o tratamento policial da necessidade de analisar o fenómeno do acidente da forma mais científica possível. As forças policiais possuem outra vantagem relativamente ao acesso à amostra que é a obrigatoriedade de comparência sempre que existe um acidente com danos pessoais. Este facto permite que todos os casos sejam automaticamente referenciados.

Os registos de acidentes de viação têm diversos intervenientes e interessados, com o intuito de perceber as dinâmicas e os mecanismos físicos do acidente, ou interessar-se pelas questões do comportamento, seja do condutor seja dos restantes utilizadores da via. Pode existir também um interesse na movimentação social em torno do fenómeno da sinistralidade rodoviária. Logicamente que nestes casos, a direcção da investigação baseia-se em pressupostos científicos e pretende responder a questões ou hipóteses de estudo levantadas.

O tratamento e disponibilização da informação recolhida dos acidentes de viação levantam outro problema ao estudo do fenómeno. Actualmente, a recolha dos dados no local de acidente ou no decorrer da investigação serve o propósito de produzir documentos oficiais que estão indicados por cada acidente. Desde 1998 que as forças presentes no local preenchem um boletim estatístico com o intuito de servirem uma base de dados nacional para estudo da sinistralidade rodoviária. Na prática, o registo das variáveis que advém de acidente é registada por mais do que um interveniente [entenda-se agente(s) singular(es) ou equipa(s)], para mais do que um documento e em momentos diferentes, sendo alguns dados recolhidos directamente no local do acidente e depois transpostos para os formulários próprios ou sendo o restante expediente realizado posteriormente em gabinete. Logicamente que estas duplicações de registo têm influência na qualidade dos dados, havendo informação que vai sendo progressivamente perdida ou alterada durante o processo. A informação primária a salvaguardar é a que é necessária para os documentos oficiais. No entanto, sabe-se que para a compreensão do fenómeno, muito outros dados são necessários afim de se compreender as causas da sinistralidade rodoviária.

b) O Fluxo de informação – Do registo do acidente às directivas para a prevenção

É através das bases de dados constituídas com a informação recolhida do acidente que se irá estudar as causas da sinistralidade rodoviária. Estes estudos são apenas possíveis com cruzamentos de variáveis que permitam ler a realidade de forma multifactorial. Esta realidade deve ser interpretada na sua significância estatística, mas também através de uma análise qualitativa pois, apesar de haver fenómenos que nacionalmente podem não ter muita expressão estatística são, no entanto, de impacto social relevante. Como exemplo destes casos destacam-se a utilização do acidente de viação como encobrimento de homicídio, os casos de suicídio ou de condução em contra-mão em vias principais como as auto-estradas.

O estudo destas bases de dados, fora da pressão dos documentos oficiais, conjugando a significância das quantidades e das relações entre variáveis pode permitir aceder às causas probabilísticas da ocorrência de acidentes. No entanto, as possibilidades de estudo das variáveis por si ou entrecruzadas é imensa, pois referimo-nos a um universo onde facilmente se ultrapassa as 600 variáveis passíveis de serem registadas. As classificações estatísticas internacionais dão uma luz importante sobre quais os indicadores mais relevantes a seguir, por ano ou através de vários anos. Estes “reports” estão convencionados entre os países da U. Europeia, o que permite acompanhar os números da sinistralidade de cada país e proceder a comparações internacionais. Estes números alimentam as direcções políticas da U. Europeia sobre o fenómeno.

Devido à enorme quantidade de dados a tratar os “reports” da U. Europeia são limitados e não traduzem as especificidades de cada estado-membro, seja na expressão da cultura rodoviária, seja nas características próprias da legislação.

Apenas com grupos de trabalho multidisciplinares ou com observatórios constituídos é possível acompanhar o comportamento dos dados para que possam ser propostas medidas eficazes para a prevenção e combate da sinistralidade ou para a inserção de novas variáveis a registar durante a investigação dos acidentes de viação.

4. Sinistralidade rodoviária: Breve caracterização e análise

No conjunto dos países da União Europeia (U.E-14) ocorreram, em 2004, cerca de 827 mil acidentes com vítimas, dos quais 38,9 mil em Portugal. Destes, 3,1% na U.E e 2,6% em Portugal, originaram vítimas mortais, correspondendo o seu número, respectivamente, a 30 mil e 1,3 milhares de indivíduos. (CARE, 2006). O número de feridos graves, donde resultam números elevados de invalidez permanente, ascende em Portugal a 4,2 milhares (DGV, 2005).

Quadro 1

Número de acidentes com vítimas segundo o país e ano de ocorrência										
País	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
AT	38 956	38 253	39 695	39 225	42 348	42 126	43 073	43 175	43 423	42 657
BE	50 744	48 750	50 078	51 167	51 601	49 065	47 444	43 693	43 853	43 565
DK	8 373	8 080	8 004	7 556	7 605	7 340	6 856	7 122	6 748	6 207
EL	22 798	23 775	24 295	24 819	24 231	23 001	19 671	16 809	15 751	15 547
ES	83 586	85 588	86 062	97 570	97 811	101 729	100 393	98 433	99 987	94 009
FI	7 812	7 274	6 980	6 902	6 997	6 633	6 451	6 196	6 907	6 767
FR	132 949	125 406	125 202	124 387	124 524	121 223	116 745	105 470	90 220	85 390
IE	8 117	8 686	8 496	8 239	7 806	7 749	6 909	6 625	5 984	-
IT	182 761	190 068	190 031	204 615	225 646	229 034	235 409	239 354	231 740	224 553
LU	1 145	1 050	1 016	1 058	1 076	899	772	769	-	-
NL	42 641	41 041	41 036	41 299	42 271	37 946	35 313	33 538	31 635	-
PT	48 339	49 265	49 417	49 319	47 966	44 159	42 521	42 219	41 495	38 930
SE	15 626	15 321	15 752	15 514	15 834	15 770	15 796	16 947	18 365	18 029
UK	237 336	243 286	247 479	246 410	242 610	242 117	236 461	228 535	220 079	213 043
EU-14*	881 183	885 843	893 543	918 080	938 326	928 791	913 814	888 885	856 885	826 894
Variação % (n/n-1)		0,50%	0,90%	2,70%	2,20%	-1,00%	-1,60%	-2,70%	-3,60%	-3,50%

EU-14*: estimativas para 2003 e 2004

Fonte: CARE database

No total de acidentes com vítimas na U.E, em 2004, 4,7 % corresponde, a acidentes ocorridos em território Português.

Quadro 2

Proporção de acidentes com vítimas em Portugal, relativamente ao total U.E, segundo o ano da ocorrência										
País	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
PT	5,5%	5,6%	5,5%	5,4%	5,1%	4,8%	4,7%	4,7%	4,8%	4,7%
EU-14	881 183	885 843	893 543	918 080	938 326	928 791	913 814	888 885	856 885	826 894
Varição % (n/n-1)		0,50%	0,90%	2,70%	2,20%	-1,00%	-1,60%	-2,70%	-3,60%	-3,50%

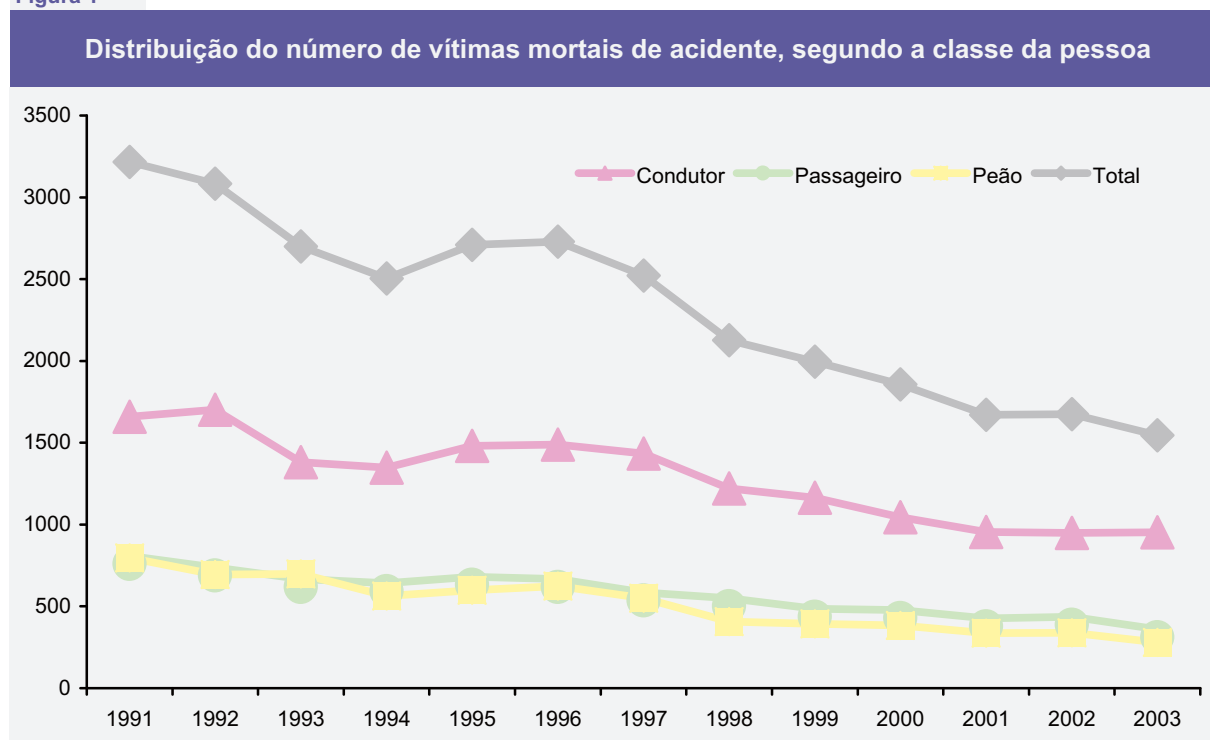
Fonte: CARE database

Relativamente à distribuição geográfica dos acidentes, o número de acidentes é superior dentro das localidades, correspondendo a 70% do número total de acidentes que ocorreram em 2004 em Portugal (DGV, 2005).

Os acidentes ocorrem com maior frequência nos meses de Julho (9,2%) e Agosto (9,2%), à sexta-feira (15,5%) e entre as 15.00-18.00 horas (19,9%).

Quer globalmente, quer segundo a classe da pessoa (Condutor, passageiro ou peão), o número de vítimas mortais de acidentes de viação tem vindo a diminuir em termos absolutos entre 1991 e 2003.

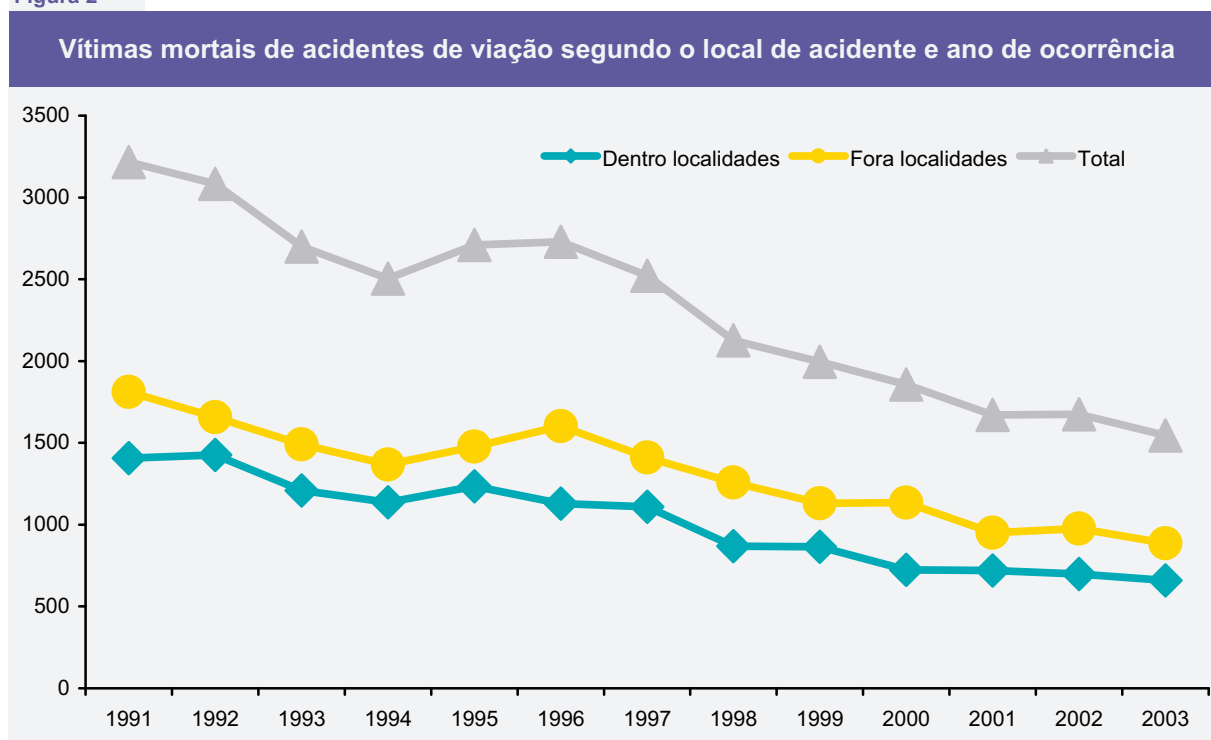
Figura 1



Fonte: CARE database, 2006

A distribuição do número de vítimas mortais de acidentes também apresenta um comportamento idêntico quando se estratifica por local do acidente.

Figura 2



Fonte: CARE database, 2006

No que respeita à distribuição do número de vítimas mortais segundo a localização e sexo pode verificar-se o seguinte:

- Há mais vítimas mortais fora das localidades, para ambos os sexos (57,4%)
- Das vítimas mortais o número de homens é mais elevado dentro e fora das localidades (80,5%)
- Não se verifica uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis género e local (teste χ^2 valor $p = 0,580$)

Quadro 3

Distribuição do número de vítimas mortais (número) segundo o sexo e o local

Sexo	Localidades		Total
	Dentro	Fora	
Mulheres	133	169	302
Homens	526	718	1 244
Total	659	887	1 546

Fonte: CARE database

Quadro 4

Distribuição percentual das vítimas mortais por sexo, segundo o local e por local, segundo o sexo						
Sexo	Dentro Localidade		Total	Fora Localidade		Total
	Dentro	Fora		Dentro	Fora	
Mulheres	44,0	56,0	100,0	20,2	19,1	19,5
Homens	42,3	57,7	100,0	79,8	80,9	80,5
Total	42,6	57,4	100,0	100,0	100,0	100,0

Relativamente à distribuição das vítimas de acidente de viação pode ainda acrescentar-se que o maior número de vítimas mortais ocorre no mês de Agosto (11,2%), ao domingo (19,7%), entre as 18.00-21.00 horas (20,7%), sendo as vítimas maioritariamente constituídas por condutores (59,6%), do sexo masculino (92%) e com idade compreendida entre os 20 e 34 anos (40%). O meio de transporte rodoviário responsável por maior número de vítimas mortais é o veículo ligeiro de passageiros ou mercadorias (49,7%). (DGV, 2005).

Estes dados poderão significar diferentes tipologias de acidente, com diferentes níveis de gravidade, tornando-se pertinente uma análise mais estratificada, cruzando diversas variáveis de interesse e sempre que possível usando dados normalizados. Dispondo de dados “brutos” é essencial encontrar-se factores de normalização. A selecção dos factores de normalização reveste-se da maior importância.

O Quadro 5 apresenta dados sobre o número de acidentes com vítimas, o número de vítimas mortais e a taxa de mortalidade, calculada separadamente segundo o local e com referência ao número de acidentes com vítimas.

Do total de acidentes com vítimas cerca de 70% ocorrem dentro das localidades. Do total de vítimas mortais apenas 43% se verificam dentro das localidades, como já havíamos referido em análise anterior. A determinação de uma “taxa de mortalidade” em função do local, permite constatar que esta é de 1,8% dentro das localidades e de 5,5% fora destas. Isto significa que em cada 100 acidentes com vítimas que ocorrem dentro das localidades, morre 1,8 pessoas e que em cada 100 acidentes com vítimas que ocorrem fora das localidades morrem 5,5 pessoas, em média.

Quadro 5

Distribuição do número de acidentes com vítimas, vítimas mortais e taxa de mortalidade, segundo a local de ocorrência, 2004				
Sexo	Dentro Localidade		Fora Localidade	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Acidentes com vítimas	27 073	70%	11 857	30%
Vítimas mortais	488	43%	647	57%
Taxa de mortalidade		1,8		5,5

Fonte: DGV, Relatório Anual 2005.

Se se considerar a gravidade do acidente como uma função directa do número de mortes poder-se-á dizer que os acidentes que ocorrem fora das localidades têm um grau de gravidade três vezes superior ao grau de gravidade dos acidentes que ocorrem dentro das localidades (5,5/1,8).

O Quadro 6 apresenta a distribuição percentual do número de vítimas mortais segundo a local de ocorrência e principais modos de transporte na U.E e em Portugal.

Portugal não apresenta diferenças relativamente ao espaço da U.E aqui retratado, salientando-se os seguintes factos:

- quer na U.E, quer em Portugal as vítimas mortais de acidentes de viação que ocorrem fora das localidades são, na sua maioria, condutores ou passageiros de veículos ligeiros de passageiros ou mercadorias (71% U.E. e 61% Pt)
- os veículos motorizados com mais de 50 cm³ surgem como o segundo principal meio de transporte, responsável por vítimas mortais fora das localidades (14% U.E. e 14% Pt)
- dentro das localidades, para a distribuição das vítimas mortais segundo o “meio de transporte”, concorrem com percentagens próximas os veículos ligeiros (33%U.E. 32% Pt) e os peões (30% 30% Pt) (vítimas de atropelamento)

anexo 6

Quadro 6

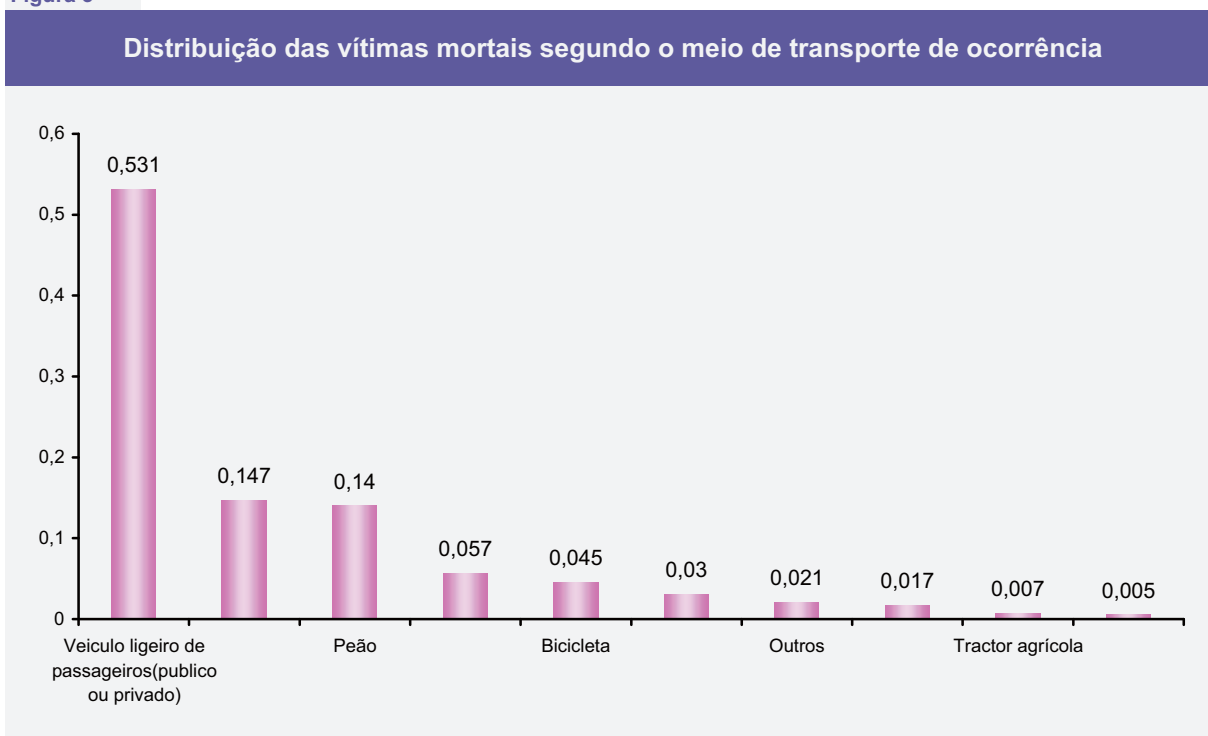
Distribuição percentual do número de vítimas mortais segundo a local de ocorrência e principais transporte na U.E e em Portugal

Sexo	Eu-14		Total	Portugal	
	Dentro localidade	Fora localidade		Dentro localidade	Fora localidade
Peão	30%	8%	15%	30%	13%
Bicicleta	8%	3%	5%	5%	4%
Veículo Motorizado até 50cc	10%	4%	6%	14%	8%
Veículo motorizado mais de 50cc	19%	14%	16%	19%	14%
Veículo ligeiro de passageiros ou mercadorias	33%	71%	58%	32%	61%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Care database, 2004

Em termos globais, e integrando outros meios de transporte com expressão mais reduzida, pode verificar-se a partir do diagrama de Pareto (Amytava,1998) que 30% dos meios de transporte são responsáveis por 82% das vítimas mortais de acidentes de viação. (Figura 3). Isto significa que uma investigação de acidentes de viação centrada nos veículos ligeiros de passageiros, veículos motorizados com mais de 50cm³ e peões poderá contribuir de forma célere para a diminuição dos valores de acidentes e vítimas.

Figura 3



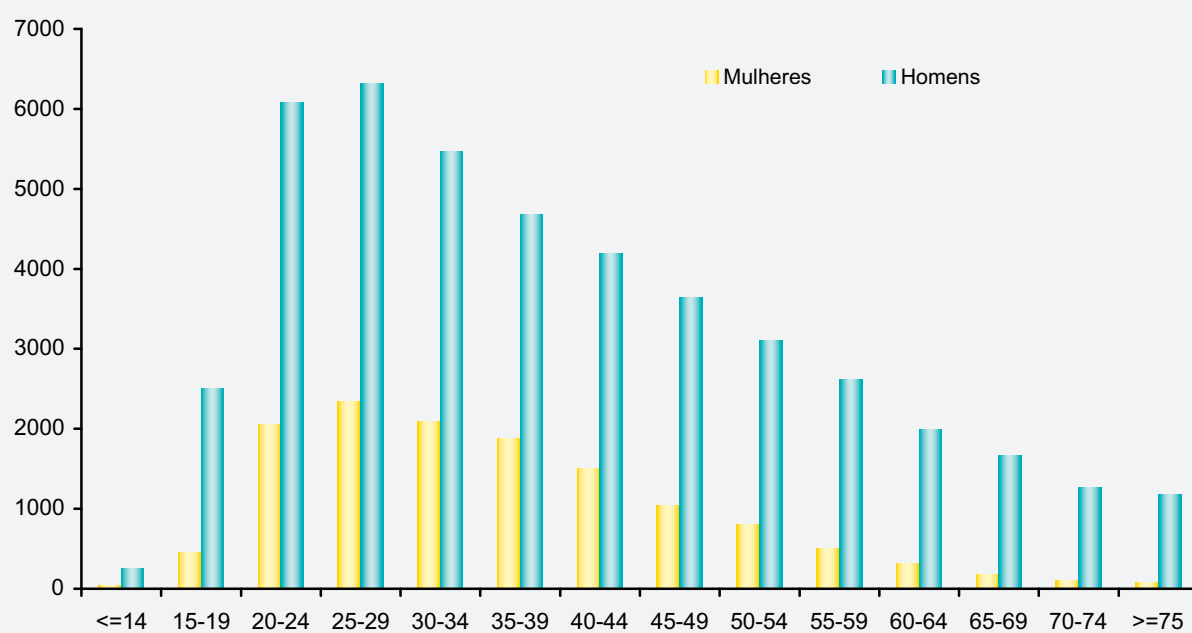
Fonte: CARE database, 2004

Uma análise estratificada segundo o género dos condutores, relativa à distribuição dos acidentes com vítimas e à distribuição das vítimas segundo o grau de gravidade pode conduzir-nos a conclusões interessantes, porventura diferentes das que habitualmente são expressas em dados da sinistralidade rodoviária.

Os dados mais frequentemente presentes ao nível da divulgação sobre esta temática constam da Figura 4 e do Quadro 7. De acordo com estes pode referir-se que o número de condutores do sexo masculino que intervêm em acidentes de viação com vítimas é, em todas as classes etárias superior ao número de condutores do sexo feminino que intervêm em acidentes de viação com vítimas.

Figura 4

Condutores intervenientes em acidentes de viação com vítimas, segundo a classe etária e sexo, 2005



Fonte DGV, Relatório anual 2005

Quadro 7

Condutores vítimas de acidentes de viação segundo o grau de gravidade e sexo, 2005

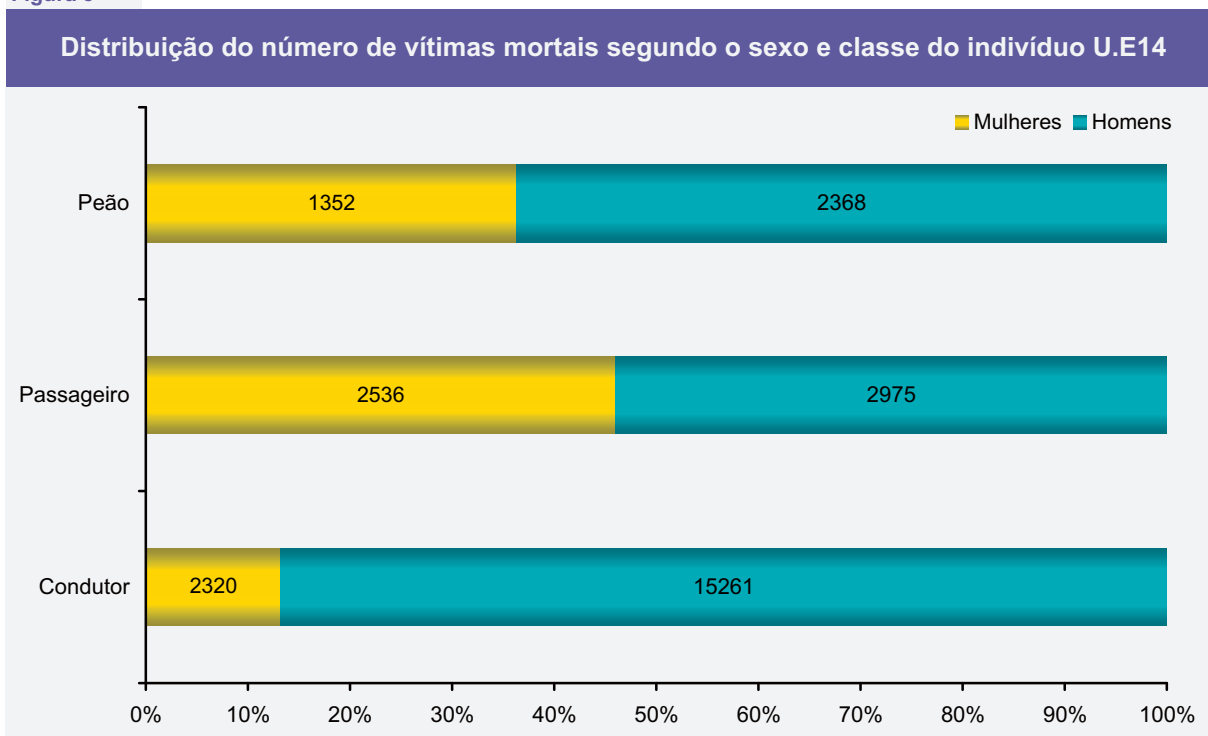
Gravidade	Sexo		Total
	Mulheres	Homens	
- Vítima Mortal			
Número	59	608	667
grau de gravidade (%)	8,85	91,15	100,00
- Ferido Grave			
Número	259	1868	2127
grau de gravidade (%)	12,18	87,82	100,00
- Ferido Ligeiro			
Número	6 992	18 854	25 846
grau de gravidade (%)	27,05	72,95	100,00
Total			
Número	7 310	21 330	28 640
grau de gravidade (%)	25,52	74,48	100,00

Fonte: Care database, 2004

O número de condutores vítimas de acidentes de viação, segundo o grau de gravidade é sempre desfavorável ao sexo masculino. No total de condutores vítimas mortais de acidente em 2005, 91,2% são homens. A percentagem para os feridos graves e ligeiros é respectivamente de 87,8% e 72,9% no mesmo período.

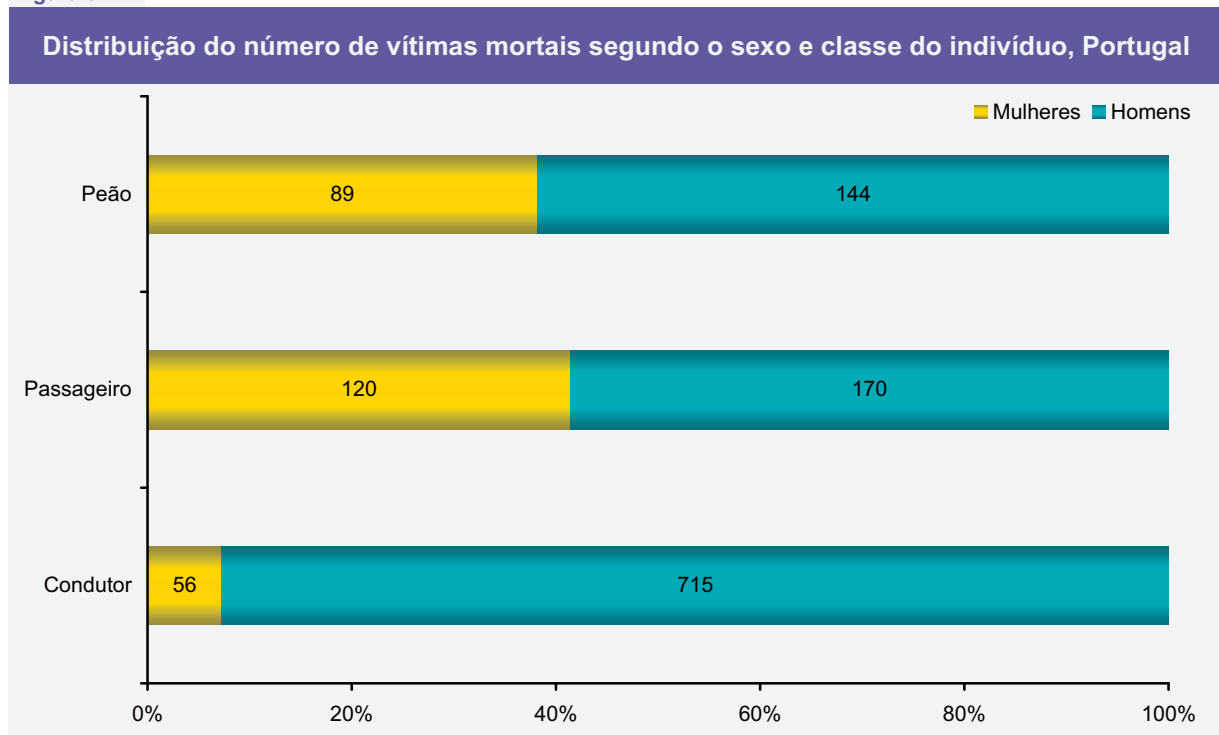
A observação das Figura 5 e Figura 6 permite-nos verificar que a distribuição do número de vítimas é igualmente desfavorável ao género masculino no espaço da U. Europeia e em Portugal, enquanto peões ou passageiros.

Figura 5



Fonte: CARE database, 2004

Figura 6



Fonte: CARE database, 2004

Poder-se-á, a partir destes elementos, concluir que ser do sexo masculino constitui um “risco” acrescido ao nível da sinistralidade?

Tentemos verificar o que se pode extrair de uma análise normalizada tendo como referência o número de titulares de carta de condução, segundo o sexo.

202_05B

Quadro 8

Titulares de carta de condução segundo a classe etária e o sexo					
Classe Etária	Mulheres	%	Homens	%	Total
Até 24anos	246 600	44	314 491	56	561 091
25-44 anos	1 096 268	43,8	1 408 850	56,2	2 505 118
45-64 anos	481 921	31,7	1 038 610	68,3	1 520 531
65-74 anos	76 567	18,8	329 824	81,2	406 391
74 anos ou mais	26 879	11,5	207 611	88,5	234 490
Total	1 928 235	36,9	3 299 386	63,1	5 227 621

Fonte: DGV, 2005

Pode constatar-se que a percentagem de titulares de carta de condução do sexo feminino (36,9%) é consideravelmente superior à percentagem de titulares de carta de condução do sexo masculino (63,1%), esperando-se deste modo que a proporção de condutores seja superior à proporção de condutoras.

202_05B

Quadro 9

Condutores intervenientes em acidentes, segundo o sexo em 2005 (valores normalizados para 10 ⁵ titulares de carta de condução por sexo)			
	Mulheres	Homens	"risco" (H/M)
Condutores intervenientes em acidentes	699,0	1374,1	2,0

O Quadro 9 permite-nos verificar o seguinte:

- em cada 100 000 titulares de carta de condução do sexo feminino, 699 intervêm enquanto condutores, em acidentes de viação.
- em cada 100 000 titulares de carta de condução do sexo masculino, 1374,1 intervêm enquanto condutores, em acidentes de viação.

Poder-se-á então afirmar que o “risco” de um homem, titular de carta de condução, ser interveniente num acidente enquanto condutor é 2 vezes superior ao “risco” de uma mulher titular de carta de condução ser interveniente num acidente, enquanto condutora.

No âmbito desta análise deve considerar-se que aos dados relativos aos titulares de carta de condução segundo o género não são retirados os “falecidos” ou aqueles a quem foi retirada a carta de condução por período temporário ou permanentemente. Este facto distorce a relação existente entre titulares de carta segundo o género, ainda que a distorção seja favorável à conclusão anteriormente apresentada, pois cada vez há um número superior de mulheres a obter licença de condução (DGV, 2005).

Uma outra análise possível consiste em tentar normalizar os dados relativos a condutores intervenientes em acidentes de viação e a vítimas de acordo com o número de deslocações efectuadas por homens e mulheres em viatura ligeira de passageiros ou mercadorias, enquanto condutores.

Foi estimado o número total de deslocações diárias em automóvel no continente, de condutores, com base em informação presente no inquérito à mobilidade da população residente (INE, 2000) e na estimativa de população residente no Continente por NUTS II (INE, 2005), correspondendo a 4 671 621 deslocações. A estimativa do número de deslocações segundo o género foi realizada através de um trabalho de campo realizado entre os dias 31-03-2007 e 12-04-2007. O registo dos condutores automóveis segundo o género foi realizado dentro e fora das localidades (em auto-estrada e em estradas nacionais), em dias da semana e ao fim de semana e em vários períodos do dia. Foram recolhidos dados para 3592 veículos.

Estima-se uma proporção de homens condutores de $0,78 \pm 0,014$ (margem de erro de 1,4%), com um intervalo de confiança a 95% .

Com base nesta estimativa, e a partir dos dados referidos no parágrafo anterior, determinou-se o número de deslocações realizadas por condutores do sexo masculino e feminino.

Quadro 10

Deslocações efectuadas por indivíduos segundo o sexo, enquanto condutores		
	Mulheres	Homens
Número deslocações	1 045 652	3 625 969
%	22%	78%

O Quadro 11 disponibiliza informação sobre condutores intervenientes em acidentes, segundo o sexo, para o ano de 2005 e estando os dados normalizados para 10^5 deslocações por sexo do condutor.

Quadro 11

Condutores intervenientes em acidentes, segundo o sexo em 2005 (valores normalizados para 10^5 deslocações, por sexo)			
	Mulheres	Homens	"risco" _(H/M)
Condutores intervenientes em acidentes	1289,1	1250,3	1,0

Com base nesta informação pode referir-se que, em cada 100 000 deslocações realizadas por condutoras mulheres, 1289,1 ver-se-ão envolvidas em acidentes com vítimas. Relativamente aos condutores masculinos verifica-se que em cada 100 000 deslocações realizadas por condutores masculinos 1 250,3 ver-se-ão envolvidos em acidentes de viação com vítimas.

Face a estes resultados pode afirmar-se que o "risco" de acidente, enquanto condutor, é idêntico para homens e mulheres ("risco" _{M/F} = 1), considerando dados normalizados ao número de deslocações realizadas por homens e mulheres enquanto condutores.

O Quadro 12 disponibiliza informação sobre condutores vítimas segundo o grau de gravidade e o sexo para o ano de 2005 e estando os dados normalizados para 10^5 deslocações por sexo.

Quadro 12

Condutores vítimas, segundo o grau de gravidade e sexo, 2005 (normalizado para 10 ⁵ deslocações por sexo do condutor)			
	Mulheres	Homens	"risco" (H/M)
Vítimas mortais	5,6	16,8	3,0
Feridos graves	24,8	51,5	2,1
Feridos leves	668,7	520,0	0,8
Total	699,1	588,3	0,8

Verifica-se que em cada 100 000 deslocações (efectuadas por mulheres condutoras) morrem, em consequência de acidente de viação 5,6 mulheres condutoras, 24,8 sofrem ferimentos graves e 668,7 ferimentos ligeiros.

Relativamente aos homens constata-se que em cada 100 000 deslocações (efectuadas por homens condutores) morrem, em consequência de acidente de viação 16,8 homens condutores, 51,5 sofrem ferimentos graves e 520,0 ferimentos ligeiros.

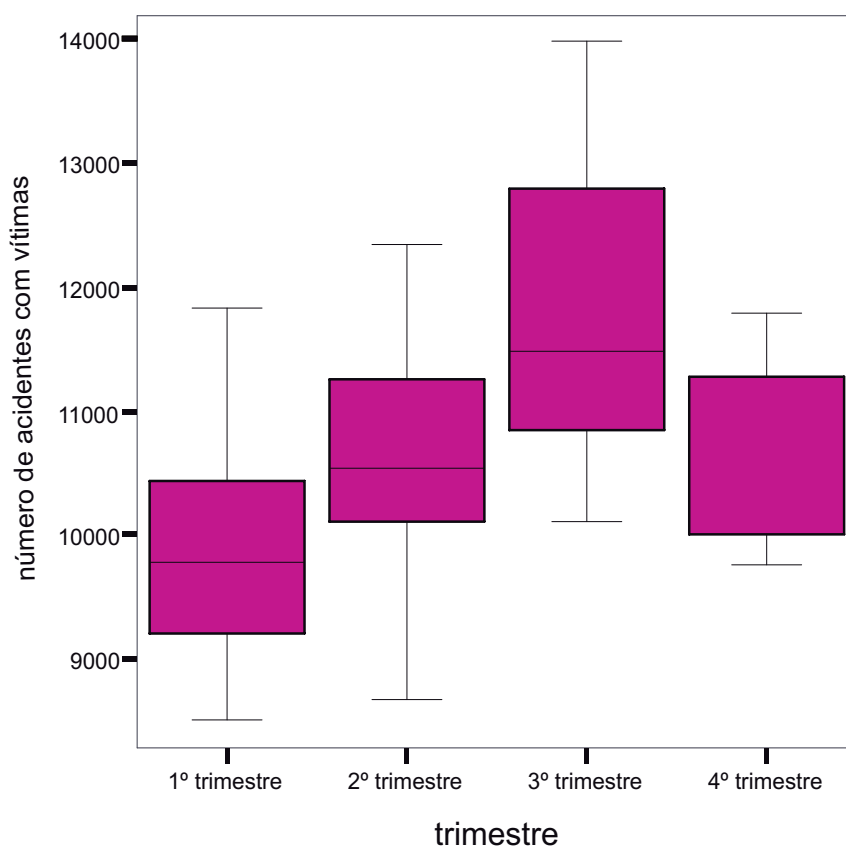
Em síntese pode afirmar-se que:

- o "risco" de ser vítima num acidente, enquanto condutor, é inferior nos homens ("risco"_{M/F} = 0,8).
- os homens apresentam riscos mais elevados do que as mulheres na situação de vítima mortal ("risco"_{M/F}=3) ou ferimentos graves ("risco"_{M/F}=2,1)

De entre as condicionantes que podem estar associadas à ocorrência de acidentes destaca-se as que estão presentes na maioria das publicações sobre o tema: período do ano em que ocorre o acidente, dia da semana e hora do acidente, entre outros. Os dados que a seguir se apresentam dizem respeito à análise de alguns destes factores.

Figura 7

Distribuição do número de acidentes de viação com vítimas no período 1998-2005, segundo o trimestre (DGV,2005)



A Figura 7 permite visualizar uma distribuição do número de acidentes com vítimas, mais elevada no terceiro trimestre do ano, trimestre que corresponde ao período de férias de grande parte da população activa portuguesa. Se em termos estatísticos as diferenças encontradas ao nível da distribuição do número de acidentes não forem significativas, o estudo do fenómeno em função do período do ano em que ocorre reveste-se de pouca importância. Contrariamente, se em termos estatísticos as diferenças forem significativas, poderá ser de grande utilidade para a compreensão do fenómeno um estudo mais detalhado que possibilite a identificação das principais características que distinguem os trimestres dissemelhantes. O recurso à técnica estatística ANOVA a 1 factor (Daniel, 1999), permite-nos identificar diferenças significativas entre, pelo menos, um par de trimestres. (ANOVA 1F $p=0,015$). O teste de comparações múltiplas (LSD) informa que as diferenças ocorrem entre terceiro e cada um dos restantes trimestres para um nível de significância de 5%.

Quadro 13

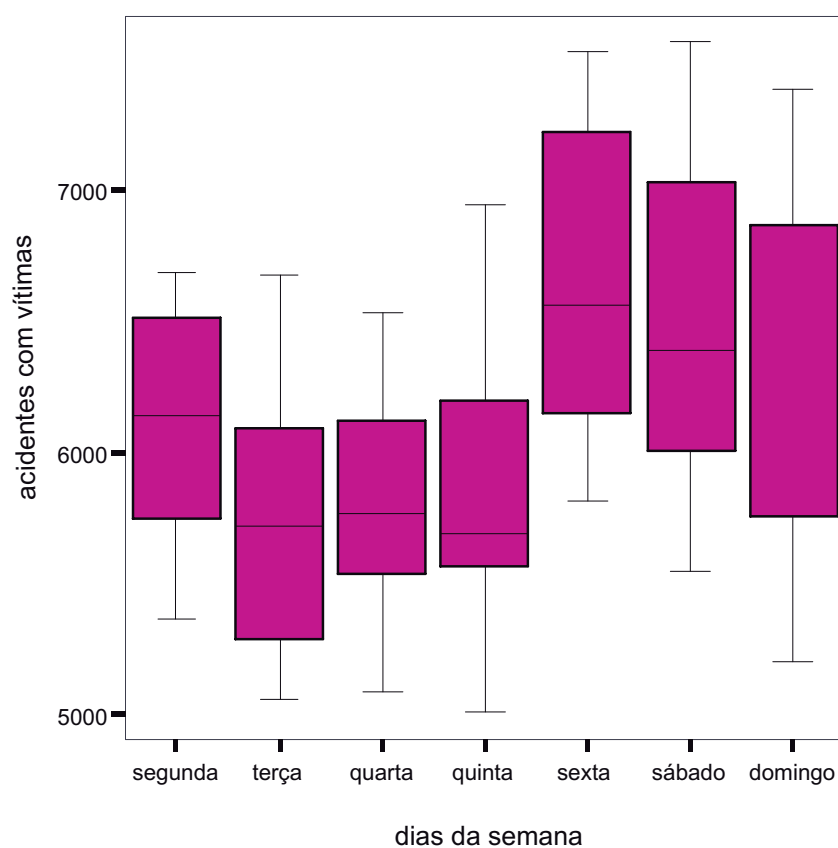
Resultados do teste de comparações múltiplas (LSD)		
Trimestre	Trimestre	Valor p
Terceiro	Primeiro	0,002
	Segundo	0,037
	Quarto	0,047

Relativamente aos dias da semana verifica-se uma frequência, na ocorrência de acidentes com vítimas, mais elevada à sexta-feira, seguida de sábado e domingo.

a02.qxd

Figura 8

Distribuição do número de acidentes com vítimas segundo os dias da semana



A variabilidade encontrada ao longo da semana revela diferenças estatisticamente significativas, para um nível de significância de 5%, (ANOVA: $p=0,023$). O teste de comparações múltiplas permite identificar os pares de dias entre os quais existem as diferenças. A sexta-feira e o sábado constituem os dias mais dissemelhantes relativamente aos restantes dias da semana.

Quadro 14

Resultados do teste de comparações múltiplas (LSD)

Dia	Dia	Valor p
Sexta-feira	Terça-feira	0,004
	Quarta-feira	0,008
	Quinta-feira	0,012
Sábado	Terça-feira	0,017
	Quarta-feira	0,029
	Quinta-feira	0,042

No que se reporta à distribuição do número de vítimas mortais segundo o período do dia constata-se que é no período da tarde, compreendido entre as 13.00 e as 18.00 horas, que ocorre o maior número de vítimas mortais (31% em Portugal). Uma análise mais detalhada da informação e cruzada com informação relativa ao número de acidentes com vítimas mortais permite identificar o período entre as 16 e 18 horas como aquele em que ocorre o maior número de acidentes com vítimas mortais (CARE, 2006).

Quadro 15

Distribuição do número de vítimas mortais segundo o período do dia

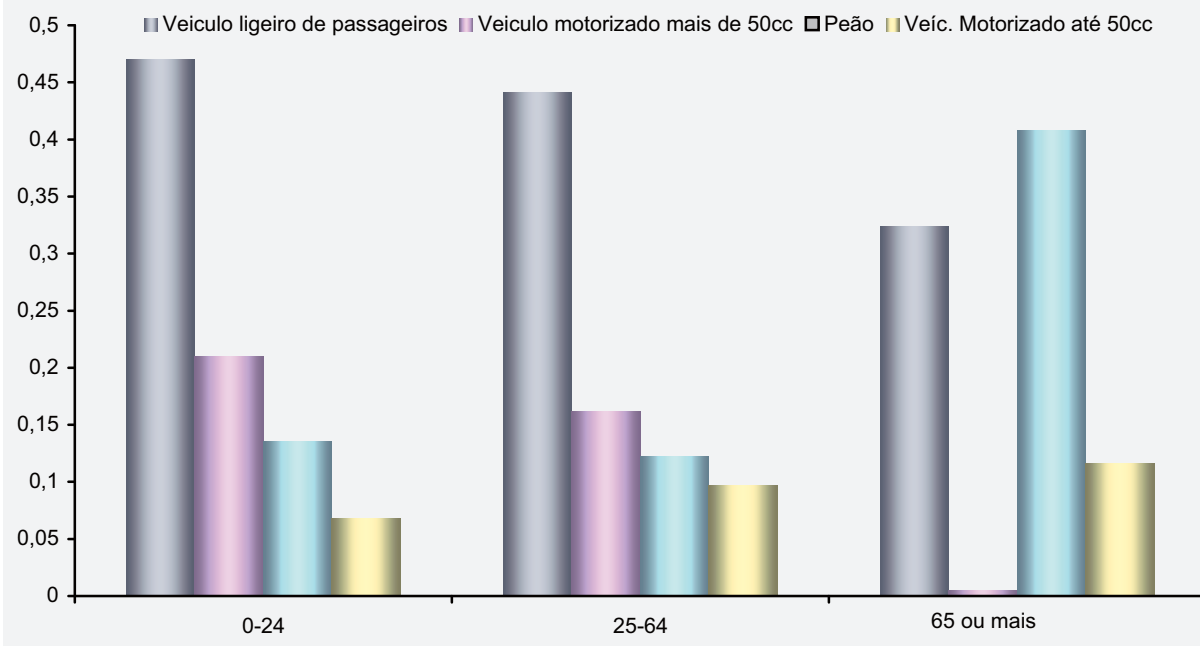
Horas	Eu-14		Portugal	
	Nº	%	Nº	%
1-6	4882	18%	229	18%
7-12	6398	24%	291	23%
13-18	8705	32%	402	31%
19-24	6882	26%	371	29%
Total	26867	100%	1293	100%

Fonte: Care database, 2004

A distribuição das vítimas mortais segundo o tipo de transporte e a classe etária.(Figura 9) revela a importância, nas classes etárias dos 0-24 e 25-64 anos, do veículo ligeiro de passageiros ou mercadorias. O segundo meio de transporte que mais contribui para o número de vítimas mortais é o veículo motorizado com mais de 50 cm³, nas classes etárias até aos 64 anos Os atropelamentos constituem, no grupo dos mais idosos, o “meio de transporte” que induz maior número de vítimas.

Figura 9

Distribuição das vítimas mortais segundo o tipo de transporte e a classe etária, Portugal



Fonte: CARE database, 2004

5. Conclusões e desenvolvimentos futuros

Com este artigo foi propósito dos autores contextualizar sumariamente o fenómeno da sinistralidade rodoviária, retratar problemas que ainda persistem ao nível de algumas definições, nomeadamente da definição de *acidente* e de *vítima mortal*, *apresentar uma breve* descrição do registo e circuito de informação português que “alimenta” as bases de dados nacionais e internacionais salientando a sua relevância, proceder a uma breve caracterização e análise sobre sinistralidade rodoviária, fazendo referência a novas análises que poderão constituir um contributo para a caracterização do fenómeno.

Da caracterização e análise apresentadas os autores, mais do que serem exaustivos pretenderam evidenciar a complexidade do tema e salientar a importância do desenvolvimento de metodologias e técnicas estatísticas de análise que possibilitem uma abordagem mais profunda, integradora e global do fenómeno. Em particular procurou-se salientar a relevância de uma adequada quantificação do risco e da exposição ao risco, considerado um tema pilar da política de segurança rodoviária U.E. e das medidas concretas de prevenção (Safetynet 2.1, 2005).

Refira-se ainda que, neste momento, se estão a desenvolver 3 projectos que versam o aprofundamento do estudo sobre sinistralidade rodoviária em três vertentes distintas.

O primeiro projecto intitulado “Estudo da Sinistralidade Rodoviária Grave Ocorrida na Zona de Acção da Brigada de Trânsito em 2005 – Para uma Optimização do Registo”, centra-se na questão do registo dos dados (instrumento de registo e medida). Com este trabalho pretende-se otimizar a base de dados que suporta o registo nacional de acidentes de viação, utilizada pela BT/GNR, na sua área de acção. Estudar-se-á a lógica da criação da base de dados BT/GNR para fins estatísticos, bem como a sua coerência interna. Serão comparados outros modelos de registo de acidentes rodoviários. Avaliar-se-á ainda o grau fidedignidade da inserção dos dados pelos militares/investigadores da BT/GNR, procurando encontrar estratégias de minimização de erros de registo.

O segundo projecto intitulado “Co-determinantes de acidentes de viação: parametrização e análise com base na especificação de um modelo semi-empírico.” está a ser desenvolvido no Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Recorrendo às bases de dados disponíveis, nomeadamente aos novos registos nacionais desenvolvidos para o estudo e investigação de acidentes de viação, centra-se: i) na utilização de técnicas estatísticas que permitam caracterizar a sinistralidade rodoviária em Portugal, contextualizando-a no espaço internacional, ii) na referência espacial da sinistralidade rodoviária recorrendo a diferentes indicadores, iii) na identificação de co-determinantes de acidentes de viação com vítimas mortais.

O terceiro projecto intitulado “Modelação do Fenómeno da Sinistralidade Rodoviária” recorre à informação disponibilizada pelos anteriores projectos e pela área de *investigação de acidentes*. Com o projecto pretende-se implementar e desenvolver um modelo sistemático de estudo da sinistralidade rodoviária, que permita controlar o fenómeno da sinistralidade, possibilitando a preconização de medidas de intervenção eficazes, sobretudo preventivas, procurando deste modo criar melhores padrões de segurança rodoviária em Portugal.

6. Referências Bibliográficas

- (CARE, 2006): Annual Statistical Report, 2006. Directorate General Energy and Transport U.E.
- (OCDE/ECMT, 2006): Country report on road safety performance, 2006
- (Public Health, 2002): Oxford Textbook of Public Health, 2002
- (IRTAD, 1992) :A-level roads and Hospitalized victims, 1992, OCDE road transport research programme.
- (IRTAD, 1998): Definitions and data availability, 1998, OCDE road transport research programme.
- (IRTAD, 2003): The availability of Hospitalised road user data in OECD Member Countries (2001), OCDE road transport research programme.
- (Glossary, 2003): Glossary for transport statistics, 3th edition, Economic Commition for Europe, U.E. Eurostat, CEM/ECM. United Nations, 2003.
- (U.E, 1993): Jornal Oficial 329 de 30.12.1993 (93/704/U.E)
- (Safetynet 2005): State of the art report on risk and exposure data, U.E. 2005
- ERSO,2006: The new European road safety observatory, www.erso.eu 2006,
- DGV, 2005: Sinistralidade Rodoviária 2005 – elementos estatísticos.
- NHTSA : <http://www.nhtsa.dot.gov/>
- (CARE-Glossary, 2006): Glossário Care 2006, Directorate General Energy and Transport U.E.
- (INE, 2000): Inquérito à Mobilidade da População Residente, 2000.
- (INE, 2005): Anuário estatístico
- (Amitava, 1998): Amitava Mitra, Fundamentals of Quality Control and Improvement, second edition, Prentice Hall, 1998.
- (Daniel, 1999):Wayne Daniel, Biostatistics: a foundation for analysis in the Health Sciences, seven edition, John Wiley & sons, 1999



Comportamentos
de Saúde de
Adolescentes
Migrantes e o
Efeito Protector
da Relação com
os Avós

Autores: Tania Gaspar^{1,2,3} e Margarida G. Matos^{1,2}

¹Faculdade de Motricidade Humana / Universidade Técnica de Lisboa

²Centro de Malária e outras Doenças Tropicais/Instituto de Higiene e Medicina Tropical / Universidade Nova de Lisboa

³Universidade Lusíada de Lisboa

Emails: taniagaspar@fmh.utl.pt e margaridagaspar@netcabo.pt

Resumo:

O presente trabalho visa compreender e caracterizar os factores ligados ao risco e factores ligados à protecção e aos cenários que envolvem o adolescente migrante, através da perspectiva dos adolescentes e dos técnicos de intervenção, especialmente o efeito protector dos avós no desenvolvimento destes adolescentes. Foi utilizada uma metodologia mista, recorrendo a métodos quantitativos e qualitativos. Numa primeira abordagem quantitativa foi utilizada uma adaptação do questionário do estudo nacional HBSC (Currie et al, 2000; Matos et al, 2003), aplicado a uma amostra de 1037 adolescentes, com média de idade de 15,5 anos, residentes em zonas carenciadas e com elevado número de população migrante oriunda dos PALOP. Posteriormente foi utilizada uma abordagem qualitativa, (grupos focais ou grupos de discussão centrados no tema), comportamentos de saúde e relação com os avós, nos adolescentes migrantes, relacionando-os com os outros cenários do adolescente e com outros comportamentos associados, e também na intervenção comunitária que é realizada neste âmbito. Através do discurso de adolescentes africanos e dos técnicos de intervenção que trabalham com eles, pretendeu-se clarificar a questão dos comportamentos de saúde e factores protectores, especialmente, o papel dos avós, nos adolescentes migrantes que vivem em Portugal. Foi efectuada uma análise de conteúdo, e para cada categoria e cada sub-categoria foram apresentados exemplos ilustrativos do discurso dos participantes. A presente investigação fornece informação relevante, no âmbito da intervenção, visando abranger a cultura, os factores socioeconómicos, as competências sociais e pessoais,

Health Behaviour in
migrant adolescents:
grandparents
protective effect

a ocupação de tempos livres, o *empowerment* dos adolescentes e da comunidade envolvida, o trabalho em parceria e as boas práticas.

Palavras Chave: Adolescência, avós, grupo focal, multiculturalidade, factores ligados à protecção.

Abstract

The present study pretend to characterized and highlight the risk factors and protective factors on health behaviours in migrant adolescents, specially the protective effect of the grandparents relationship. A mixed methodology including quantitative and qualitative methods was used.

In quantitative study, was used data from a specific study included in the Portuguese study HBSC-Health Behaviour in School-Aged Children, a World Health Organization collaborative study (Currie et al, 2000; Matos et al, 2003). The survey carried out in 2004, used the research protocol of the cross-national survey based on a self completed questionnaire. A global sample of 1037 adolescents (M= 15.5 years old) participated in the survey.

The method that was chosen for the qualitative research was the focus group, the aim is to get closer to the migrant adolescents, professionals that work with them, their opinions, attitudes, discourse and understanding regarding health behaviour, grandparents relationship and the influence from personal and social characteristics on that behavior and identify which are their risk factors and protective factors.

The qualitative analyses supported the assumption that the existence of a migrant status and social economic status is associated with adolescent health and risk behaviour, positive health and with adolescent relations with personal and social characteristics (family, specially grandparents, peers, school and community support) mediates the association between a migrant status and positive health. Implications of the results and directions for further research and community interventions are discussed.

Key words: Adolescence; Multiculturalism; grandparents, Focus Group.

1. Introdução

1.1. Promoção de saúde

A promoção da saúde representa um vasto processo social e político, que envolve acções dirigidas à promoção das competências pessoais e sociais dos indivíduos, e acções no sentido de alterar as condições sociais, do meio ambiente e económico, no sentido de minorar o seu impacto negativo na saúde individual e colectiva (Nutbeam, 1998).

Neste contexto, a promoção de saúde deverá dirigir-se à redução de barreiras físicas, económicas e culturais que dificultam estas escolhas, incluindo o indivíduo como parte do processo de controlo e responsabilização individual sobre a sua saúde e a saúde da comunidade (Gaspar, 2005; Gaspar, Matos & Gonçalves, 2005; Matos, Gaspar et al., 2003).

Uma maior atenção deve ser dada a grupos de alto risco, ou seja, grupos que apresentem disparidades em saúde em relação à população em geral. Sendo que os objectivos para estas populações específicas devem ser realistas, e adequados às características do país e da região, tendo em conta o género, o grupo etário, grupos ocupacionais e grupos étnicos minoritários. É, ainda, de referir que a promoção da saúde em bairros e comunidades de minorias étnicas é deveras complexa e multifactorial. Nestes contextos, rapidamente se verifica que no quadro de respostas institucionais muito dificilmente se pode criar a necessária dinâmica local de resposta, tornando-se essencial procurar activamente a participação de líderes e activistas do bairro ou comunidade e envolver profissionais da educação e da saúde (WHO, 1999).

Nesta problemática da intervenção comunitária, diversos autores consideram ser essencial ter em conta (Juhos, 2000; Luz e Partidário, 2000; Pais, 2000 Roosa e Gonzales, 2000; Segal, 1997): (1) partir das necessidades de saúde identificadas pelos participantes e das condições concretas em que vivem; (2) dirigir-se especificamente aos adolescentes; (3) enquadrar a informação/formação sobre os comportamentos de saúde a promover num contexto mais global de promoção da saúde e de qualidade de vida; (4) utilizar metodologias activas e construir com os próprios adolescentes materiais e métodos de animação para a saúde da comunidade; (5) desenvolver actividades numa base de voluntariado, procurando associar a promoção de saúde ao lúdico; (6) valorizar as raízes culturais para uma correcta actuação em termos de saúde, desenvolvimento pessoal e comunitário e a partilha como formas de aprendizagem; (7) desenvolver metodologias qualitativas de avaliação do trabalho; (8) criar referências físicas, concretas e positivas para os adolescentes, entre outras.

Por outro lado, numa intervenção comunitária e no âmbito do trabalho desenvolvido com as pessoas deve-se: (1) partir da posição das pessoas (necessidades e expectativas, saberes e opiniões); (2) aceitar na prática que as pessoas conhecem melhor a situação do que os técnicos; (3) valorizar raízes culturais; trabalhar com as pessoas como iguais; (4) validar a experiência das pessoas e a partilha como formas de aprendizagem; (5) partilhar conhecimentos, explorar atitudes e treinar competências; (6) aceitar e reconhecer as implicações da diversidade; (7) reconhecer as influências políticas e sociais na mudança de comportamentos e estilos de vida; (8) identificar o que as pessoas podem fazer para se proteger e desenvolver.

1.2. Adolescentes migrantes em Portugal

Como o adolescente na adolescência passa por um processo de complexo desenvolvimento, o processo de aculturação intensifica os problemas típicos desta fase do desenvolvimento, como a (re) construção da identidade pessoal. A mudança cultural, a quebra de laços culturais e familiares, a mudança brusca de ambiente, as barreiras linguísticas e a discriminação são factores de pressão e de risco entre os adolescentes (Neto, 2003).

Os adolescentes oriundos de grupos étnico-culturais minoritários, pela peculiaridade das pressões a que estão sujeitos (aculturação, discriminação, racismo, desenraizamento, intolerância, preconceito, etc.) podem apresentar uma tendência para a prevalência de condutas problemáticas. Nomeadamente, os adolescentes de origem africana apresentam características associadas aos estilos de vida que envolvem risco, tais como, frequente proveniência de famílias de baixo nível socio-económico e educacional, e de famílias mono-parentais e sujeição a pressões específicas (aculturação, discriminação, racismo, desenraizamento, intolerância, preconceito, etc.) (Carlson, Uppal & Prosser, 2000; Frásquilho, 1996; 1998; Matos, Gonçalves, Gaspar, 2004; 2005; Roberts, Phinney, Masse & Romero, 1999).

Segundo descreve o Programa global de Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza (STEP) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2003), pobreza e exclusão social estão relacionadas com factores ligados à sociedade (âmbito macro e meso) e factores ligados às histórias pessoais e familiares concretas (âmbito micro). Sendo que se consideram os factores macro os que dizem respeito às configurações estruturais da economia mundial e dos modelos de desenvolvimento, de organização e funcionamento dos sistemas económicos e financeiros predominantes no Mundo num determinado período, bem como aos valores, normas e princípios deles decorrentes, que por vezes são valores e preconceitos dominantes de marginalização e de desprezo por grupos sociais, culturais e étnicos, assim como políticas públicas de âmbito nacional de orientação discriminatória. Os factores meso caracterizam-se por um conjunto de variáveis, que podendo ter origem nas políticas macro ou nos elementos culturais dominantes, têm um impacto mais significativo a nível local ou sectorial, tais como: atitudes culturais, preconceitos e comportamentos sociais de discriminação de base local face a uma comunidade migrante, portadores de HIV ou outras doenças, políticas de realojamento que criem ilhas de exclusão social, e decisões que discriminem minorias étnicas. A nível micro, estão incluídas variáveis como: dimensão e estatuto do agregado familiar, idade, educação, percursos e histórias de vida, projectos de vida, opções pessoais, oportunidades aproveitadas ou perdidas, etc. Estas variáveis fazem-se sentir fundamentalmente nas interacções estabelecidas ao nível pessoal e familiar. De referir que uma das categorias mais vulneráveis à pobreza e exclusão social é a das minorias étnicas.

No entanto, nos países em vias de desenvolvimento, ao mesmo tempo que se assiste a uma diminuição da importância de certos riscos para a saúde (p.ex. doenças infecciosas, e ligadas ao saneamento), assiste-se a um aumento dos riscos de saúde ligados a esse mesmo “desenvolvimento”: doenças ligadas ao *stress*, consumo de tabaco, álcool e drogas, acidentes de viação e doenças cardíacas, entre outras. Outras questões como a má nutrição, a pouca actividade física, o tabagismo, o alcoolismo, o consumo de substâncias ilícitas, a exclusão social, o isolamento social e o *stress* laboral, estão na base do que se considera um estilo de vida com efeitos nocivos para a saúde (Gaspar, 2005; Gaspar, Matos & Gonçalves, 2005; STEP/BIT, 2003).

A maioria das crianças e adolescentes que se encontram em situação de pobreza e exclusão social é privada ou tem difícil acesso aos cuidados de saúde e educação e quase todos são levados a enfrentar a escolha entre *resistir* ou *desistir*, em relação à violência, ao crime, à prostituição e ao consumo de substâncias, tais como a droga e o álcool (Carmo, 2000).

1.3. Papel da família

A qualidade dos laços familiares e das normas transmitidas, a modelação e monitorização parental, a disfunção familiar, a natureza da estrutura familiar e os estilos educativos, são relevantes no envolvimento em determinados comportamentos de risco, tais como o uso e abuso de substâncias (Settertobulte, Jensen & Hurrelmann, 2001).

Os comportamentos de risco e de saúde nos adolescentes são determinados, em grande parte, pelo contexto interpessoal que se desenvolvem. A família é o ambiente social básico da criança e do adolescente. O contexto familiar pode converter-se numa forte fonte positiva de adaptação ou, pelo contrário, de desadaptação, dependendo da qualidade das relações entre os membros da família (Villa, 1997). Tendo em conta que quanto mais fraca a supervisão familiar (controlo social informal) e mais fraca a ponte que faz entre o adolescente e a sua entrada na sociedade, maior é o risco de criminalidade e delinquência. Segundo esta teoria, alguns factores que vão influenciar o controlo social informal fornecido pelos pais e a consequente delinquência são: nível de pobreza da família, mobilidade de residência, tamanho da família, actividade profissional da mãe e mobilidade do agregado familiar (Sampson & Laub, 1999).

Os factores do âmbito familiar que frequentemente estão vinculados à adopção de comportamentos de risco são: (a) relação afectiva e comunicação pais-filhos, (b) dinâmica familiar, (c) modelo parental de consumo de substâncias (Frabutt, Walker & Mackiman-Lewis, 2002; Hughes & Chen, 1999; Villa, 1997).

Relativamente às diferenças étnicas, alguns autores referem que os adolescentes de origem africana relatam mais que as suas famílias têm influência no seu uso de substâncias do que os de origem europeia (Catalano et al., 1998; Hirsch, Mickus & Boerger, 2002; Oetting & Donnermeyer, 1998).

Hirsch, Mickus & Boerger (2002), pesquisam a importância de adultos, sem ser os pais, para os adolescentes segundo a etnia, a estrutura familiar e o género e identificam que os efeitos mais fortes são em relação à variável etnia. São os adolescentes negros que referem ligações mais fortes e mais interacções de suporte com adultos. E foram as raparigas negras, com pais divorciados, que referem laços mais fortes com outros adultos.

O deficit de supervisão parental, assim como a pertença a famílias disfuncionais e monoparentais são aspectos ligados aos risco, a presença da figura dos avós, especialmente, da avó, pode ser considerado um factor positivo no desenvolvimento do adolescente. A figura da avó é percebida como positiva, relacionada ao apoio funcional e afectivo, podendo promover uma melhor adaptação psicossocial (Gaspar, 2005; Gaspar, Matos, Gonçalves & Ramos, 2005; Matos, Gonçalves & Gaspar, 2004; 2005; Muuss & Porton, 1999).

O reduzido nível económico e educacional dos pais condiciona o rendimento escolar das crianças e dos adolescentes na escola. Aqui entram ainda outros factores como o não domínio do português falado e escrito e o desfasamento dos valores veiculados na escola. Acrescer as estas dificuldades, muitas vezes, as 2ª e 3ª gerações de comunidades minoritárias, que sofrem um processo de socialização com referências duplas, muitas vezes mais contraditórias que complementares, expressam grandes dificuldades na definição da sua identidade e das suas pertenças (STEP/BIT, 2003).

2. Estudo empírico

2.1. Estudo quantitativo

2.1.1. Metodologia

Amostra

Foram seleccionadas para participar no estudo quatro zonas contendo bairros socioeconomicamente desfavorecidos: Oeiras, Marvila (Lisboa), Amadora e Loures. Numa primeira fase pretendia-se seleccionar as zonas que se voluntarizassem mas dada a participação dos representantes optou-se por seleccionar as escolas de entre as 4 zonas. Foram seleccionadas escolas de uma lista apresentada pelos parceiros na comunidade, visando cobrir as zonas mais desfavorecidas e com maior concentração de adolescentes migrantes.

A amostra da escola foi constituída por adolescentes que frequentavam os 6º, 8º e 10º anos de escolaridade em escolas de zonas desfavorecidas da cidade de Lisboa ou cidades limítrofes. Os anos de escolaridade foram escolhidos seguindo o protocolo internacional HBSC (Currie et al, 2001; Matos et al 2003)

O questionário em contexto escolar foi aplicado a todos os alunos das turmas seleccionadas. Foram seleccionadas 12 escolas públicas do ensino regular e destas foram sorteadas aleatoriamente turmas de modo a estratificar a amostra pelos 6º, 8º e 10º anos de escolaridade. Na zona de Oeiras, foram seleccionadas 3 escolas, na zona de Marvila foram seleccionadas 3 escolas, na zona da Amadora foram seleccionadas 2 escolas e na zona de Loures foram seleccionadas 4 escolas.

De acordo com o protocolo de aplicação do questionário Health Behaviour in School-aged Children (HBSC) para 2002 (Currie et al., 2001), a técnica de escolha da amostra foi a “*cluster sampling*”, onde o “cluster” ou unidade de análise foi a turma.

Assim, foram seleccionadas 71 turmas, 24 turmas do 6º ano, 24 turmas do 8º ano e 23 turmas do 10º ano. Foram recebidos 919 questionários. Os adolescentes incluídos na amostra encontram-se distribuídos em percentagens idênticas no que se refere ao género e os portugueses são mais novos. Verifica-se um equilíbrio entre o numero de rapazes e raparigas participantes, 48% e 52%, respectivamente. Em relação ao ano de escolaridade, receberam-se 37.9% do 6º ano, 32.9% do 8º ano e 29.3% do 10º de escolaridade. Média de idade 14.4; dp (2.11), com valor mínimo de 11 anos e máximo de 20 anos de idade. Em relação à nacionalidade 77.1% referem ter nacionalidade portuguesa, 19.2% constituída por adolescentes oriundos dos PALOP.

Instrumento

O questionário “Comportamento e Saúde em adolescentes em idade escolar” utilizado neste estudo, foi o adoptado no estudo internacional de 2002 do HBSC - Health Behaviour of School Aged-Children (Currie et al., 2001), traduzido em Português pela equipa portuguesa do Aventura Social (Matos et al, 2003).

O questionário de auto-preenchimento é composto por duas partes. Uma primeira parte geral, que engloba questões demográficas (idade, género, estatuto sócio-económico), questões relativas ao ambiente na escola, ao consumo de tabaco e álcool, à violência, à imagem do corpo, família, escola e pares. Uma segunda parte, específica do questionário português (Matos et al 2003), com questões relacionadas com cultura de grupo e lazer, consumo de drogas e actividade física. O objectivo fundamental deste estudo foi efectivamente este último grupo de questões servindo os anteriores de dados de contextualização.

Procedimento - recolha e análise dos dados

Na escola os questionários foram aplicados pelos professores em contexto de sala de aulas às turmas seleccionadas. Após a recepção os questionários estes foram conferidos, numerados sequencialmente e posteriormente os dados foram introduzidos manualmente numa base de dados no programa “Statistical Package for Social Science – SPSS – Windows” (versão 12.). Posteriormente, procedeu-se à sua análise e tratamento estatístico, utilizando a mesma metodologia do estudo HBSC Português (Matos et al, 2003).

Foram utilizados para a análise dos dados, primeiro, uma estatística descritiva com apresentação das frequências e percentagens para variáveis nominais e médias e desvio padrão para variáveis contínuas, seguidamente, foi efectuado o Teste do Qui-quadrado - χ^2 (estudo da distribuição em variáveis nominais) com análise de residuais ajustados (para localização dos valores significativos).

2.1.2. Apresentação e análise dos resultados do estudo qualitativo

No quadro 1 estão apresentadas as diferenças entre os comportamentos e relação com os contextos entre adolescentes migrantes oriundos dos PALOP e os adolescentes portugueses. Irão ser analisados dados socio-demográficos, dados relativos ao envolvimento com a família, escola e grupo de pares, assim como, dados relacionados com comportamentos, nomeadamente, consumo de substâncias, violência, comportamentos sexuais, ocupação de tempos livres, hábitos alimentares e percepção de saúde e bem-estar.

Quadro 1

Análise comparativa entre os adolescentes migrantes e os adolescentes portugueses						
(χ^2 sig. p<.05)	Migrante* (%)	Português (%)	χ^2	d.f.	Sig.	
+16 anos	28.6	65.6	117.24	3	.000	
Falar outra língua em casa	45.1	5.8	203.15	1	.000	
Baixo ESE (Graffar'5)	40.2	23.4	16.65	5	.005	
Pais empregado	60.8	77.3	30.02	3	.000	
Mãe empregada	69.3	77.2	8.60	3	.035	
Nível educacional do pai (sem estudos)	10.8	5.1	37.61	4	.000	
Nível educacional da mãe (sem estudos)	20.3	6.4	43.30	4	.000	
Percepção da situação económica da família (não muito boa/má)	33.3	15.9	38.09	2	.000	
FAMILIA						
Não vive com o pai	56.3	27.7	66.62	1	.000	
Não vive com a mãe	25.1	11.7	26.21	1	.000	
Vive com 6 ou mais pessoas na mesma casa	32.2	15.9	44.17	3	.000	
Mudanças no agregado familiar	Sair de casa	31.2	16.6	23.27	1	.000
	Vir para casa	47.9	32.1	19.31	1	.000
Número de irmãos (entre 5 e 10)	14.2	4.3	76.61	4	.000	
Comunicação com o pai (fácil)	27.9	47.8	45.63	2	.000	
Comunicação com a mãe (fácil)	57.7	75.5	30.45	2	.000	
ESCOLA						
Faltar às aulas (às vezes)	46.5	28.9	54.10	3	.000	
Ficar na escola sozinho (às vezes)	11.2	5.7	10.5	3	.015	
GRUPO DE PARES						
Número de amigos (nenhum)	8.5	2.8	23.70	3	.000	
Fazer amigos (difícil)	16.8	11.6	4.52	1	.034	
Sair à noite com os amigos (três dias ou mais por semana)	25.1	18.5	7.97	3	.047	
SAÚDE POSITIVA						
Percepção de saúde (excelente)	18.8	26.7	17.12	3	.001	
Percepção de infelicidade	30	21.8	6.86	1	.009	
Sentir-se tão triste que não aguenta (quase sempre)	6.7	3.7	6.38	2	.041	
Não fala com ninguém quando está triste	29.3	19.1	18.12	4	.001	
Sintomas psicológicos (mau humor)	61.2	53.3	4.23	1	.040	
TEMPO LIVRE						
Tempo livre	Com os amigos	80.9	89.2	11.18	1	.001
	Falar com amigos	83.6	90.4	8.52	1	.004
	Ir à praia	68.4	81.6	111.01	1	.000
ver TV (uma ou duas horas ao fim-de-semana)	36.3	44.3	8.08	2	.018	
COMPORTAMENTO ALIMENTAR						
Refeições (tomar pequeno-almoço, almoço e jantar)	65.5	85.4	47.72	4	.000	
CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS						
Consumo de tabaco (pelo menos uma vez por semana)	9.0	3.4	15.24	2	.000	
Abuso de alcool (quarto ou mais vezes)	20.1	11.3	17.18	2	.000	
Consumo de haxixe (ultimo ano)	7.2	3.8	2.37	1	.037	
VIOLÊNCIA						
Tipo de agressão	Sobre religião	7.0	3.2	6.16	1	.013
Tipo de vitimização	Sobre a cor da pele	12.5	4.7	16.05	1	.000
	Sobre religião	6.9	3.1	6.00	1	.014
COMPORTAMENTO SEXUAL						
Relações sexuais (RS) (sim)	68.6	27.8	130.33	1	.000	
Uso de preservativo (última RS) (sim)	51.2	70.4	14.03	1	.000	
Fontes de informação sobre HIV/sida	Panfletos	76.9	72.7	7.98	2	.019
	Programas da TV	80.8	68.6	13.58	2	.001
	Falar com os pais	41.4	60.1	25.96	2	.000
Sentir pouco à vontade a falar com os pais sobre VIH/sida	33.7	26.9	36.58	2	.000	

* Oriundo de um País Africano de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)

Feita uma análise global, verifica-se que, de um modo geral, os adolescentes migrantes apresentam mais factores ligados ao risco, a nível dos comportamentos e a nível socio-económico. Apresentam, também, uma relação menos positiva com o seu contexto familiar, escolar e social.

Os adolescentes migrantes quando comparados com os adolescentes portugueses, apresentam um ESE mais baixo, os pais têm uma situação educacional e profissional mais desfavorável, verificam-se mais alterações na constituição do agregado familiar e expressam maiores dificuldades de comunicação e são os que mais referem não viver com o pai ou com a mãe. Em relação à escola referem faltar mais à escola e ficarem mais frequentemente sozinhos na escola. No que se relaciona com os amigos, referem mais não ter amigo nenhum e ser difícil fazer amigos, por outro lado são os que referem sair mais vezes à noite com os amigos.

Em relação à percepção de saúde e felicidade, os adolescentes migrantes, evidenciam uma percepção mais negativa.

No âmbito dos comportamentos, os adolescentes migrantes, referem menos actividades de ocupação de tempos livres, revelam hábitos alimentares menos saudáveis, envolvem-se mais em comportamentos de violência, apresentam um maior consumo de substâncias (álcool, tabaco e haxixe) e revelam comportamentos sexuais com maior risco para a saúde.

2.2. Estudo Qualitativo “focus group” / grupos focais (Grupos de discussão centrados num tema).

O estudo quantitativo teve como objectivo conhecer a percepção dos adolescentes residentes em zonas carenciadas e técnicos face aos comportamentos risco e protecção, efeito protector dos avós, assim como barreiras e boas práticas na intervenção comunitária neste âmbito.

2.2.1. Metodologia

No sentido de aprofundar os dados obtidos no estudo quantitativo, foram realizados grupos de discussão focados no tema comportamentos ligados ao risco e ligados à protecção, aprofundando o papel protector dos avós, relacionando-os entre si e com os “cenários” do adolescente e também à intervenção comunitária. Através do discurso, crenças, atitudes e comportamentos de adolescentes e de técnicos de intervenção comunitária, pretendeu-se clarificar a questão em estudo.

Um “focus group” ou grupo focal é uma entrevista semi-estruturada, que envolve uma discussão de grupo e que utiliza respostas simultâneas no sentido da obtenção de informação sobre determinado assunto (“foco”). O objectivo é a aproximação às opiniões, crenças, valores, discurso e compreensão dos participantes sobre o assunto da investigação, partindo do princípio que é válida toda a informação dada pelos participantes.

Nesta investigação, o objectivo principal do grupo focal foi a obtenção de diferentes pontos de vista e opiniões sobre os comportamentos de saúde dos adolescentes residentes em zonas carenciadas e com desvantagem sócio-económica, maioritariamente migrantes (africanos) e identificação de estratégias de intervenção na promoção de saúde e protecção da doença desta população, a partir da perspectiva dos adolescentes, dos pais e dos técnicos de saúde/educação, deixando-os explorar as suas ideias de modo mais profundo. No sentido de alcançar o objectivo pretendido, foi realizada uma análise de conteúdo do discurso produzido pelos participantes (adolescentes e técnicos) no decorrer do grupo de discussão. A informação foi organizada por categorias e subcategorias representativas e ilustrativas do tema estudado (Gaspar, Matos & Gonçalves, 2005; Gaspar & Matos, 2005; Gaspar, Matos, Gonçalves, Ferreira & Linhares, 2006; Lambert, Hublet, Verduyct, Maes & Broucke, 2002; Matos, Gaspar, Vitória & Clemente, 2002; Matos & Gaspar, 2003; Matos, Gaspar & Gonçalves, 2004; 2005).

Amostra

No estudo qualitativo, tendo como base a justificação do estudo quantitativo, anteriormente apresentada, considerou-se pertinente a investigação das populações pertencentes a quatro Zonas (*Oeiras, Amadora, Lisboa (Marvila) e Loures*) onde se desenvolve intervenção na área da promoção de saúde e protecção de doença de adolescentes migrantes, na sua maioria africanos e com estatuto sócio-económico baixo, e com as quais já se mantiveram contactos anteriores. Os participantes foram: (a) Adolescentes residentes em zonas carenciadas, na sua maioria oriundos dos PALOP, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre 13-25 anos; (b) Técnicos de saúde e educação (profissionais que exercem a sua actividade em zonas carenciadas).

Foram criados quatro grupos focais com adolescentes, com um total de 45 participantes, agrupados da seguinte forma: Grupo 1 – onze elementos (grupo masculino); Grupo 2 – seis elementos (grupo misto - 4 raparigas e 2 rapazes); Grupo 3 – catorze elementos (grupo misto – 8 raparigas e 6 rapazes); Grupo 4 – catorze elementos (grupo misto – 4 raparigas e 10 rapazes). Em relação aos três grupos focais realizados com técnicos de saúde e educação, verificou-se a seguinte caracterização: Grupo 1 – cinco elementos; Grupo 2 – seis elementos; Grupo 3 – catorze elementos, num total de 25 técnicos participantes.

Recolha e registo dos dados

Nesta fase do estudo foram constituídos sete grupos (quatro de adolescentes e três de técnicos), que foram entrevistados uma vez cada, através da aplicação da técnica de recolha de dados e grupos focais ou grupos de discussão centrados num tema.

Previamente, foi elaborado um guião de entrevista, tendo em conta as questões de investigação e os objectivos do estudo, no sentido de melhor organizar e recolher a informação dos grupos de discussão com os adolescentes e com os técnicos.

As entrevistas foram gravadas em sistema de áudio e foram transcritas e registadas em ficheiros “Word for Windows”.

2.2.2. Apresentação e análise de dados do estudo qualitativo

Os dados provenientes da segunda fase do estudo, no estudo qualitativo, foram alvo de análise de conteúdo: definição de categorias, codificação e registo de exemplos ilustrativos de cada categoria identificada.

Foi utilizada uma metodologia qualitativa, uma análise de conteúdo, na análise das entrevistas dos adolescentes e dos técnicos participantes nos grupos focais (Gaspar, Matos & Gonçalves, 2005; Gaspar & Matos, 2005; Gaspar, Matos, Gonçalves, Ferreira & Linhares, 2006; Lambert, Hublet, Verduyct, Maes & Broucke, 2002; Matos, Gaspar, Vitória & Clemente, 2002; Matos & Gaspar, 2003; Matos, Gonçalves & Gaspar, 2004; 2005).

Em ambos os momentos das entrevistas semi-estruturadas (estudo de comportamentos de saúde e estudo de estratégias de intervenção), foram criadas categorias *a priori*, sendo que, após a análise dos dados, se entendeu a necessidade de ajustamento da estrutura de categorização pré-estabelecida, de modo a uma melhor exposição dos resultados. As categorias pré-estabelecidas, no caso do estudo dos comportamentos de saúde dos adolescentes migrantes, foram fundamentadas pela primeira fase do estudo e por conhecimento adquirido através de uma revisão bibliográfica sobre o tema.

Quadro 2

Categorias e sub-categorias de análise dos grupos focais	
de análise dos grupos focais	Grupos focais
1. Cenários associados aos comportamentos dos adolescentes migrantes	(Família, Escola, Grupo de Pares, Comunidade/Bairro e Expectativas de Futuro/Percepção de si)
2. (Família, Escola, Grupo de Pares, Comunidade/Bairro e Expectativas de Futuro/Percepção de si)	(Consumo de substâncias, Comportamentos sexuais, Sintomas físicos/psicológicos e Ocupação dos tempos livres)
3. Percepções relativas à intervenção no âmbito dos comportamentos dos adolescentes migrantes	<u>Jovens</u> - Barreiras/Dificuldades, Formação/Debates, Boas práticas <u>Técnicos</u> - Intervenção nos diversos cenários do adolescente, Intervenção comunitária/escolar e aos comportamentos sexuais, Trabalho de parceria, Formação dos técnicos, Barreiras, Boas práticas.

De seguida irão ser apresentados exemplos ilustrativos do discurso de adolescentes e técnicos resultantes dos grupos focais. Os exemplos serão caracterizados pela respectiva subcategoria a que pertencem.

Factores ligados ao risco

Discurso dos Adolescentes

Escola - *“Na escola, sentimo-nos discriminados. Quando dizemos que somos deste bairro a coisa começa logo mal”*

Comportamentos de Risco (comportamentos sexuais) - *“Nós procuramos informação com os nossos amigos ou na internet, nunca com os nossos pais”, “Sinto-me envergonhada se os meus pais falam disso comigo”*

Expectativas futuras - *“Tenho outros medos, o divórcio, a infidelidade (...) sinto muita falta de confiança no futuro”*

Intervenção – Barreiras - *“Acho que o pior é quando não há nada para fazer”*

Discurso dos técnicos

Família - *“Eles estão ao Deus dará, as mães trabalham muito e muitos ficam sozinhos na rua ou em casa com os irmãos”*

Comportamentos de risco - consumo de álcool - *“O consumo de álcool é banalizado (...) todos em casa bebem”*

Comportamentos de risco - comportamento Sexual - *“As jovens iniciam a sua vida sexual muito cedo, temos muitas adolescentes grávidas”*

Comunidade - *“A discriminação reforça a imagem negativa que eles já tem sobre si próprios e de incapacidade (...) e perdem a esperança de a vida deles vir a ser diferente”*

Intervenção - barreiras - *“Muitas vezes os técnicos criam anticorpos contra as pessoas”*

Factores ligados à protecção

Efeito protector dos avós

Especialmente, a figura da avó materna surge como alguém muitas vezes presente e com um papel importante na dinâmica destas famílias.

Discurso dos adolescentes

Agregado familiar - *“Eu vivo com a minha mãe e a minha avó”; “Vivo com a minha avó e com as minhas irmãs e sobrinho”; O meu pai veio primeiro, depois a minha mãe, depois eu e está para vir a minha avó para nos ajudar”;*

Relação com a avó - *“A minha avó vive connosco e é quem costuma estar mais comigo”; “quando chego a casa está lá a minha avó, fico com ela”; “eu não vivo com os meus pais, estou com a minha avó”. “Este ano estamos a tentar fazer um acampamento mas como custa muito dinheiro estamos a preparar uma festa para angariar dinheiro e também vamos vender rifas, pedimos ajuda às avós para fazerem bolos ou salgados para vender, a festa vai ter comes e bebes e actividades desportivas e radicais, patins, skate, futebol, música, dança, etc.”. “Desde que a minha avó veio de África tem sido mais fácil”.*

Discurso dos técnicos

Apoio da avó - *“Existem muitos extremos, existem casos em que as irmãs ou as avós cuidam das crianças, como depois por outro lado há aqueles casos em que é um salve-se quem puder, em que ninguém é responsável, ninguém quer saber”.*

Relação com a avó - *“Em muitos deles há uma figura muito importante que é a avó”; “É aquela pessoa que ainda traz muito aquela sabedoria africana, aquela forma de ser e de estar”; “É a figura que mais os protege e que mais está presente”; “Muito mais do que a mãe ou o pai”.*

Outros factores ligados à protecção

Percepção de apoio da mãe / respeito pai

“A minha mãe trabalha muito mas preocupa-se, telefona e deixa tudo pronto” (adolescentes)

“O pai apesar de ausente acaba por ser uma figura forte” (técnicos)

Gostar da escola / professores

“Gosto da escola, o que gosta mais é estar com os colegas”; “Há professores porreiros com quem podemos falar de tudo e fazem com que gostemos mais da matéria” (adolescentes)

“Alguns professores são muito preocupados e estabelecem um bom trabalho de parceria. Há professores que marcam a diferença” (técnicos)

Amigos (apoio/actividades/diversão)

Associações de jovens (ocupação de tempo livre, intercâmbio com outros bairros, percepção de protecção) (adolescentes e técnicos)

Expectativas futuras / esperança

“Por vezes fazemos intercâmbio com outros bairros, para destigmatizar, para mostrar o que somos” (adolescentes)

“Este ano estão a preparar um acampamento para o verão, planeiam e executam actividades, envolvem a comunidade, outros jovens, pais e avós” (técnicos)

3. Conclusões e Recomendações

O presente estudo permite concluir que a pertença a uma minoria étnica, nomeadamente adolescentes oriundos dos PALOP, e o estatuto socio-económico baixo surgem como factores associados a comportamentos de risco para a saúde. No entanto, estes jovens apresentam factores ligados à protecção, especialmente o afecto e apoio da avó, assim como a percepção de cuidados por parte da mãe, os amigos, bom envolvimento com os colegas e alguns professores, as associações juvenis, a prática de actividade física, participação na comunidade, educação pelos pares, as expectativas futuras, estratégias para lidar com os sintomas psicológicos e físicos.

Constata-se que a figura da avó e os outros factores protectores identificados num contexto socio-económico desfavorecido e de minorias étnicas, são variáveis fundamentais a ter em conta na investigação e intervenção no âmbito da promoção de saúde.

No caso específico dos adolescentes que residem em bairros de alojamento de minorias étnicas, a junção dos dois factores surge como o maior promotor da exclusão social, discriminação, estigmatização e cristalização dos problemas sociais inerentes. O envolvimento, a promoção de competências pessoais e sociais, a interajuda e um papel activo dos jovens são instrumentos fortes no combate a estes fenómenos.

Sugere a necessidade de uma intervenção comunitária nos contextos mais relevantes para o adolescente, no sentido de promover competências pessoais e sociais de uma forma estruturada, contextualizada e adequada às suas necessidades e do grupo em que está inserido, tendo em conta os factores ligados à protecção de comportamentos de saúde nos adolescentes. Verifica-se, especificamente, que existem lacunas no trabalho efectuado junto dos técnicos de intervenção, sendo essencial munir estes profissionais de competências adequadas às suas funções, à especificidade das populações e respectivas problemáticas.

Os resultados do estudo sugerem ainda que os comportamentos saudáveis podem ser promovidos com intervenções no contexto familiar e escolar, reforçando o efeito protector da figura da avó, como promotora de um desenvolvimento mais positivo. A família e as escolas têm sido apontados como contextos privilegiados para abordar os adolescentes, para planear intervenções que proporcionem a participação destes na construção da sua própria saúde e para a promoção de atitudes positivas face a si próprio e aos outros. Neste âmbito, será necessário fazer esforços no sentido de promover um sentimento de ligação forte dos adolescentes com estes contextos como forma de aumentar a percepção de um ambiente familiar e escolar positivo, uma percepção subjectiva de bem-estar, um sentimento de pertença, uma percepção de auto-eficácia e de valor e, consequentemente, permitir escolhas e opções por estilos de vida saudáveis de forma consistente e sustentada, sendo uma forte componente deste trabalho a colaboração com os pais, avós e professores. A participação activa das comunidades alvo no desenvolvimento das intervenções é fundamental, pois só com um elevado grau de envolvimento das comunidades são possíveis intervenções que reflectam necessidades específicas, que sejam culturalmente adequadas e consequentemente, efectivas.

Os resultados pretendem produzir implicações para a prática, deste modo, sugere-se a utilização de metodologias qualitativas como a efectuada (grupos focais) para clarificar e contextualizar os resultados obtidos. Propõe-se, também, programas de promoção de competências pessoais e sociais junto dos jovens, dos pais, dos avós e outros familiares relevantes, dos professores e dos técnicos de intervenção, a nível da gestão das emoções e de resolução dos conflitos, de resistência à pressão dos pares, a promoção da auto-estima, entre outras que apresentam evidentes falhas.

Neste âmbito, julga-se que a presente investigação fornece informação relevante e pode ser considerada como um contributo útil para os decisores, profissionais de intervenção e cidadãos, nomeadamente no campo da prevenção dos comportamentos de risco em adolescentes migrantes.

4. Referências

- Carmo, H. (2000). A educação intercultural: uma estratégia para o desenvolvimento. *Diversidade e Multiculturalidade*, Lisboa: ISPA.
- Catalano, R., Berglund, M., Ryan, J., Lonczak, H., & Hawkins, D. (2002). *Positive youth development in the United States: Research findings on evaluations of positive youth development programs*. Retirado em 14 de Novembro de 2002 da World Wide Web: journals.apa.org/prevention/vol5/pre0050015a.html
- Charlton, A., Melia, P. & Moyer, C. (1990). *A Manual on Tobacco and Young People for the Industrialised World*. Geneva, International Union Against Cancer.
- Currie, C., Samdal, O., Boyce, W., & Smith, R. (2001). *HBSC, a WHO cross national study: research protocol for the 2001/2002 survey*. Copenhagen: WHO.
- Frabutt, J., Walker, A. & MacKinnon-Lewis (2002). Racional Socialization Messages and the Quality of Mother/Child Interactions in African American Families. *Journal of Early Adolescence*, 22, 2, 200-217.
- Frasquilho, M. (1996). *Comportamentos-problema em adolescentes: factores protectores e educação para a saúde: o caso da toxicodependência*. Lisboa: Laborterapia.
- Frasquilho, M. (1998). Estilos de vida, comportamentos e educação para a saúde. Comportamentos-problema e comportamento saudável segundo os adolescentes. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 16, 1, 13-19.
- Gaspar, T. (2005). Saúde e diversidade cultural. In M. Matos (Eds.) *Comunicação, Gestão de Conflitos e Saúde na Escola* (pp. 69-78). Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.
- Gaspar, T. & Matos, M. (2005). A Saúde dos Adolescentes: diferenças ligadas ao género. In M. Matos (Eds.) *Comunicação, Gestão de Conflitos e Saúde na Escola*. (pp. 125-129). Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.
- Gaspar, T.; Matos, M.; Gonçalves, A.; Ferreira, M. & Linhares, F. (2006). Comportamentos Sexuais, Conhecimentos e Atitudes face ao VIH/Sida em adolescentes migrantes. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 7 (2), 299-316
- Gaspar, T.; Matos, M.; Gonçalves, A. & Ramos, V. (2005). Saúde dos Adolescentes Migrantes. In M. Matos (Eds.) *Comunicação, Gestão de Conflitos e Saúde na Escola*. (pp. 119-124). Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.
- Hirsch, B.; Mickus, M. & Boerger, R. (2002). Ties to influential adults among black and white adolescents: culture, social class, and family networks. *American Journal of Community Psychology*, 30, 2, 289-303.
- Juhos, C. (2000). O papel da família portuguesa na integração de um estrangeiro: uma experiência pessoal. *Diversidade e Multiculturalidade*, Lisboa: ISPA.
- Lambert, M., Hublet, A., Verduyck, P., Maes, L. & Broucke, V. (2002). *Report of the project 'Gender Differences in Smoking in Young People'*. The European Commission, Europe against Cancer. Belgium: FIHP.
- Luz, A. & Partidário, A. (2000). Promoção de Saúde: um contributo para o desenvolvimento multicultural. *Diversidade e Multiculturalidade*, Lisboa: ISPA.
- Matos, M.; Gaspar, T.; Vitória, P. & Clemente, M. (2003). *Adolescentes e o Tabaco: rapazes e raparigas*. Lisboa: FMH, CPT e Ministério da Saúde.
- Matos, M. e equipa do Projecto Aventura Social & Saúde (2003). *A Saúde dos Adolescentes Portugueses (Quatro anos depois)*. Lisboa: FMH.
- Matos, M., Gaspar, T., Gonçalves, A. (2004) Adolescentes estrangeiros em Portugal: factores ligados ao risco e à protecção. *Psicologia, Doenças & Saúde*, 5 (1), 75-85.

- Muuss, R. & Porton, H. (1999). Increasing risk behavior among adolescents. In R. Muuss & H. Porton (Eds.) *Adolescent Behavior* (pp.422-431). USA: McGraw-Hill College.
- Neto, F. (2003). *Estudos de Psicologia Intercultural: Nós e Outros*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nutbeam, D. (1998). Health promotion glossary. *Health Promotion International*, 13, 4, 349-363.
- Oetting, E. E Donnermeyer, J. (1998). Etiology of substance use – primary socialization theory: the etiology of drug use and deviance. *The International Journal of Addictions*, 33, 4, 995-1015.
- Pais, J. (2000). *Traços e riscos de vida: uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*. Lisboa.
- Roberts, R., Phinney, J., Masse, L., Chen, Y., Roberts, C. & Romero, A. (1999). The structure of ethnic identity of young adolescents from diverse ethnocultural groups. *Journal of Early Adolescence*, 19, 3, 301-322.
- Roosa, M. & Gonzales, N. (2000). Minority issues in prevention: introduction to the special issue. *American Journal of Community Psychology*, 28, 2, 145-223.
- Sampson, R. & Laub, J. (1999). Urban poverty and the family context of delinquency. In R. Muuss & H. Porton (Eds.) *Adolescent Behavior* (pp.118-135). USA: McGraw-Hill College.
- Segal, B. (1997). Sociocultural perspectives on volatile solvent use. *Drugs and society – a Journal of Contemporary Issues*, 10, 70-99.
- Settortobulte, W., Jensen, B. & Hurrelmann, K. (2001). *Drinking Among Young Europeans*. WHO: Regional Office for Europe, Copenhagen.
- STEP/BIT (2003). *A Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social: experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho.
- Villa, R. (1997). *Alcoholismo Juvenil: Prevenção e Tratamento*. Madrid: Pirâmide.
- Word Health Organisation (1999). *Community Involvement in Health Development: a review of the concept and practise*. H. Kahssay & P. Oakley (Eds.), Geneva.



Medidas de
Discriminação
Étnica em
Portugal: uma
análise
exploratória

Measures for Ethnic
Discrimination in
Portugal: an
explanatory analyse

Autoras:

Maria José Carrilho

Instituto Nacional de Estatística, Unidade de Relações Externas e Cooperação

Email: mjose.carrilho@ine.pt

Maria Cidália Mesquita Figueiredo

Advogada e Membro da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial - CICDR

Email: cidaliafigueiredo -16860l@adv.oa.pt

Resumo:

É difícil medir o fenómeno da discriminação por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica, de modo a abarcar a percepção das vítimas e seleccionar os indicadores que reflectem o nível da discriminação. O principal objectivo deste artigo é combinar fontes de informação disponíveis, sugerir fontes adicionais e seleccionar indicadores a utilizar no futuro próximo para medir o fenómeno.

Palavras Chave: Discriminação étnica, legislação, fontes de informação, Imigrantes indicadores.

Abstract

It is difficult to measure discrimination based on racial or ethnic origin, colour or nationality in order to cover both the perception of the victims and to select a set of indicators which reflect the level of discrimination. This report intends to combine different sources of information to measure the phenomena and to discuss the main findings. Our first aim is explore the available data to suggest additional forms to collect information and indicators to be used in a near future

Key words: Ethnic discrimination, legislation, sources of information, immigrants, indicators.

Introdução

Parte deste artigo desenvolveu-se no âmbito do projecto internacional de investigação “*Common Measures For Discrimination*” coordenado pela Noruega no qual participaram a Dinamarca e a Holanda. Posteriormente, foram convidados a integrar o grupo Portugal, representado pelas autoras, e a República Checa. Pretenderam os coordenadores do projecto envolver países com fontes de informação diferentes: países com registo de população e países que realizassem Recenseamentos Gerais de População. Os trabalhos decorreram entre Novembro de 2005 e Dezembro de 2006 e o relatório de Portugal encontra-se editado em “*Common Measures for Discrimination II*”. Pp 80-90.. O projecto foi apoiado pelo European Community Action Programme para combater a discriminação (2001-2006)

O objectivo central do projecto desenvolve-se apenas no campo metodológico e procura explorar e combinar as possíveis fontes para recolher informação que permita, no futuro, calcular indicadores para melhor quantificar o fenómeno da discriminação étnica e assegurar a comparabilidade dos resultados entre os países. Nesta fase, encontra-se excluída qualquer tentativa para medir o nível de discriminação étnica. O estudo pode estender-se à discriminação de outra natureza tal como a de género, religião ou idade.

O conceito de discriminação usado, de difícil definição, tem subjacente as duas directivas da EU “*Race Equality and Employment Equality*” assentes nos seguintes critérios:

- *Discriminação directa*, na qual uma pessoa é tratada menos favoravelmente do que outra é, ou tenha sido, em situação comparável.
- *Discriminação indirecta*, na qual a prática que parece ser neutra e de não discriminação é de facto desvantajosa para uma pessoa de determinada raça ou origem étnica comparada com outros.

O presente artigo inicia-se com o Enquadramento legislativo do fenómeno da discriminação étnica em Portugal, apresentando de seguida os organismos que no país são responsáveis pela matéria. Segue-se uma análise de três fontes de informação diferentes: Recenseamentos Gerais da População, Inquérito ao Emprego, ambos realizados pelo INE, e os registos do Serviço Estrangeiros e Fronteiras, do Ministério da Administração Interna. A análise incide sobre a População estrangeira residente em Portugal, Educação, Actividade e Habitação.

1. Enquadramento Legislativo

Portugal, de acordo com a lei internacional, as directivas comunitárias e a Constituição da República portuguesa pôs em prática o seu plano de integração dos imigrantes desenvolvendo as políticas e boas práticas de integração e produzindo a necessária legislação anti discriminação que proíbe todas as formas de discriminação baseadas no sexo, raça, cor, crenças religiosas, nacionalidade ou origem étnica.

A legislação portuguesa procura prevenir e eliminar a discriminação em todas as suas formas e punir a prática de actos que conduzam à violação dos direitos humanos fundamentais ou recusar ou restringir os direitos socioeconómicos ou culturais de qualquer pessoa pelo facto de pertencer a certa raça, cor, nacionalidade ou grupo étnico.

A Constituição Portuguesa não permite a recolha de dados estatísticos com base na raça, etnia ou cor da pele. Contudo, esta limitação pode ser ultrapassada em casos específicos devidamente fundamentados, por autorização requerida à Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais. Estas limitações legais assentam em razões históricas e filosóficas relacionadas com a protecção dos direitos humanos que terão de ser conjugadas com uma perspectiva contemporânea das necessidades culturais e socioeconómicas. É por estes motivos que a recolha de dados é uma questão prioritária na agenda política, mas a necessária legislação ainda não foi devidamente adaptada. Por este motivo não podemos dizer que temos indicadores sobre a discriminação étnica e racial. Temos alguns registos e números que quantificam incidentes em diferentes áreas como a educação, saúde e cuidados de saúde, mercado de trabalho, habitação e justiça criminal, mas não recolha de dados sobre discriminação através do sistema estatístico oficial.

Apesar da falta de elementos estatísticos, Portugal, especialmente desde 1996, implementou uma efectiva política para combater o racismo em termos de legislação e acções específicas criando um enquadramento legal de protecção às vítimas de discriminação.

Por outro lado, desenvolveram-se actividades específicas, em particular, pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR) e o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI)..

O enquadramento legal português é baseado principalmente:

- Constituição, artigos 1º, 8º, 13º, 15º, 18º, 58º, 59º, 69º, 70º, 71º, e 72º.
- Código Penal, artigos, 132º, 146º e 252.
- Lei n.º 134/99, 28 Agosto, que proíbe a discriminação no exercício dos direitos baseados na raça, cor, nacionalidade e origem étnica.
- Decreto-lei nº 27/2000 aplica o direito de não ser objecto de discriminação a todas as minorias étnicas, religiosas ou linguísticas.
- Decreto Lei nº 111/2000, 4 Julho, revogado pela Lei nº 35/2004, 29 Julho, o qual regula o Código do Trabalho de acordo com a Lei nº 99/2003, 27 Agosto que aprovou o Código de Trabalho.
- Lei nº 16/2001, 22 Junho, Lei sobre a Liberdade religiosa.
- Lei nº 99/2003, 27 Agosto adoptando o Código de Trabalho transpõe a Directiva nº. 2000/43/CE, 29 Junho, e nº. 2000/78 CE.

Decreto-Lei nº 34/2003, 25 Fevereiro, apresenta as condições de entrada, permanência, partida e expulsão de estrangeiros no território nacional nos termos da lei nº. 18/2004, 11 Maio que transpõe para o direito português a Directiva nº 2000/43/CE, 29 Junho que estabelece o princípio de igual de tratamento de pessoas sem distinção na base das origens raciais ou étnicas.

- Lei Constitucional nº. 1/2004, 24 Julho (6ª Revisão Constitucional) acrescenta ao artigo 13º *in fine*, a proibição de discriminação baseada na orientação sexual.
- Lei nº. 35/2004, 29 Julho a qual regula a Lei nº. 99/2003.
- Lei nº. 38/2004, define o regime jurídico sobre prevenção, qualificação, reabilitação e participação das pessoas com deficiência e revoga a Lei. 9/89, 2 Maio.
- Decreto – lei nº 167/2007 de 3 de Maio que define as novas competências do ACIME e a altera a designação para Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

2. Organismos Especializados

Organismo para promover igual tratamento

Em 1996, foi criado o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), organismo governamental, de natureza interministerial, encarregado de proteger os direitos fundamentais dos imigrantes e das minorias étnicas, garantir a sua integração em território português e combater o racismo, a xenofobia e quaisquer discriminações relacionadas com a raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.

O ACIME tem desempenhado um papel muito importante para promover a igualdade e não discriminação bem como no apoio às minorias através de acções e medidas para a sua integração, promoção racial, tolerância étnica e multiculturalismo na sociedade portuguesa em colaboração com as Associações representativas dos imigrantes e outros parceiros sociais, instituições de solidariedade social, e entidades públicas e privadas defensoras dos Direitos Humanos.

A Comissão para Imigração e Minorias Étnicas e o Conselho Consultivo para os Assuntos Imigratórios são órgãos que fazem parte da estrutura do ACIME.

Para garantir o sucesso da integração dos novos imigrantes na economia portuguesa e na sociedade civil foi criado o lugar de Alto Comissário para Imigração e Minorias Étnicas.

O Alto-comissário conduz as questões relacionadas com a integração dos imigrantes ou das minorias étnicas em cooperação com as associações patronais, sindicatos, instituições de solidariedade social e outros organismos públicos e privados. A sua tarefa é melhorar as condições de vida dos imigrantes em Portugal e propor medidas legislativas para integrar os imigrantes e as suas famílias na sociedade e combater todas as formas de racismo, xenofobia ou exclusão. Antes de aplicar as coimas administrativas o Alto-comissário deve ouvir a Comissão Permanente da CICDR. A Comissão tem também competências para propor legislação que previna a discriminação e promover estudos e inquéritos sobre esta temática.

Na luta contra a discriminação o Alto-comissário apoia as vítimas de discriminação na instância administrativa, mas não pode representá-los no tribunal. Compete-lhe, de acordo com o quadro legal em vigor, promover os processos de contra-ordenação e aplicar as respectivas coimas, sendo a sua decisão recorrível para os tribunais comuns.

O Alto-comissário reporta à Presidência do Conselho de Ministros e depende do Primeiro-ministro e Ministro da Presidência. Está-lhe atribuído um vasto conjunto de poderes incluindo a consulta e o diálogo com as Associações representativas dos imigrantes e minorias étnicas.

Organismo para combater o racismo

A Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR) foi criada pela lei nº 134/99, de 28 Agosto. Esta lei procura prevenir e proibir qualquer tipo de discriminação racial e sancionar a prática de actos que se traduzam na violação de quaisquer direitos fundamentais, que restrinjam o exercício de quaisquer direitos económicos, sociais ou culturais, por quaisquer pessoas, por motivo de pertença a determinada raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.

Com a entrada em vigor DL 251/2002, de 22 de Novembro (art. 3 c) o CICDR foi incorporado na estrutura do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas como seu órgão, sendo as acções coordenadas pelo alto Comissário. A CICDR tem as seguintes atribuições:

- Recolher a informação necessária sobre a prática de actos discriminatórios e a aplicação das respectivas sanções.
- Recomendar a adopção de medidas legislativas ao nível regulamentar e administrativo desejáveis para prevenir a prática de discriminação baseada na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.
- Promover a realização de trabalhos de investigação e estudos sobre a discriminação racial.
- Elaborar e publicar o relatório anual sobre a situação em Portugal respeitante à igualdade e discriminação racial.

Está previsto que a partir do 2º semestre de 2007 as vítimas de discriminação racial tenham acesso a um site onde qualquer vítima poderá informar-se sobre o modo como denunciar situações de racismo bem como obter apoio judiciário e psicológico de forma gratuita e confidencial.

Cooperação com organismos não Governamentais

A 17 de Novembro de 2004 foi assinado um protocolo entre o ACIME e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Este protocolo dá cumprimento ao que é recomendado pela Directiva Raça em matéria de assistência às vítimas de discriminação com base na raça ou origem étnica.

Queixas dos Imigrantes

Segundo o Relatório do Alto Comissariado para a Imigração e para as Minorias Étnicas (2002/2005) registaram-se, em 31 de Dezembro de 2004, 45 queixas sobre discriminação com base na raça, nacionalidade ou etnia. O número aumentou para 52 em 2005 e par 50 em meados de 2006. A tendência em alta do número de queixas mostra que os imigrantes conhecem melhor os seus direitos. Contudo, estes dados devem ser cuidadosamente analisados devido à sua fraqueza e porque o número de queixas pode estar sobreavaliado. Na verdade, existem outras entidades, organizações não governamentais, em particular as associações de imigrantes que recebem queixas sobre discriminação.

O ACIME refere as principais causas de queixas ligadas ao Mercado de trabalho, especialmente o acesso ao trabalho, ao mercado de habitação quer no que se reporta ao arrendamento quer à compra e também o acesso ao crédito bancário. As queixas relacionadas com atitudes discriminatórias no local de trabalho são identificadas por outro organismo, a inspecção-geral do Trabalho do Ministério do Trabalho.

Deste modo recomenda-se que o processo de recolha de informação sobre queixas de imigrantes seja centralizado de modo a facultar dados mais consistentes desagregados por categorias e que estejam disponíveis regularmente. O ACIME está a trabalhar neste campo e um grupo de especialistas está a preparar um documento com o objectivo de propor um conjunto de mudanças a introduzir na presente legislação de modo a facultar maior eficácia no processo e aumentar a protecção das vítimas de discriminação. Esta proposta deve ser apresentada ao Governo português. Este projecto de lei sugere que o ACIME seja o único organismo encarregue de analisar as queixas, aplicando os procedimentos administrativos e as respectivas coimas.

Acções Preventivas

Uma acção permanente de promoção e divulgação da informação respeitante a acções de protecção de imigrantes em colaboração com as organizações não governamentais e os parceiros sociais para construir a responsabilidade padrão da participação social na defesa dos imigrantes e integração.

O direito de não ser objecto de discriminação aplica-se a todas as minorias étnicas, religiosas ou linguísticas. (Decreto-Lei nº. 27/2000).

3. População de Risco

Em Portugal as estatísticas de população baseiam-se na informação censitária sobre residência habitual, actualizada anualmente pela informação demográfica e não existe um número único; o número pessoal de identificação nacional (PIN) tal como é comum em alguns países do Norte e do Centro da Europa.

O Sistema de Estatísticas Oficiais não faculta a composição étnica da população assente na auto identificação pois a Constituição da Republica proíbe (lei 67/98 de 26 Outubro, artigo 7). Utilizando o país de nacionalidade e o país e de naturalidade como uma variável *proxy* somos capazes de identificar a população estrangeira residente em Portugal e a população imigrante. Estas categorias de população serão adoptadas como população de risco ou grupos alvo. Não é possível conhecer o nº exacto de população negra e de etnia cigana residente no país.

Portugal é actualmente uma sociedade multicultural. Neste artigo as nacionalidades mais importantes residentes em Portugal compõem a população alvo.

3.1 Fontes de Informação

A informação disponível está resumida e deriva de três diferentes fontes.

Recenseamentos de População

Uma das fontes é o Recenseamento Geral da População realizado pelo Instituto Nacional de Estatística cada dez anos. O Recenseamento dá informação sobre a população estrangeira desagregada por nacionalidade e os aspectos demográficos e sócio económicos. A informação é baseada nas questões retrospectivas sobre a residência habitual um ano ou cinco anos antes do momento censitário. A principal vantagem do recenseamento é que cobre toda a população e permite a definição de múltiplas variáveis e uma melhor quantificação dos stocks.

Os censos fornecem informação acerca da população residente de nacionalidade estrangeira, com discriminação das suas principais características demográficas e socio-económicas por nacionalidade, e permitem reconstituir parcialmente alguns percursos migratórios através de questões retrospectivas sobre a residência um ou cinco anos antes do momento censitário. Cruzando as deslocações com a nacionalidade, é possível quantificar fluxos de estrangeiros e da entrada de portugueses. As suas principais vantagens residem no conhecimento exaustivo do universo e na possibilidade de se apurarem múltiplas variáveis. Como maiores desvantagens refiram-se a eventual sub-avaliação de populações específicas, em particular as que apresentam um estatuto sócio-económico precário, o desconhecimento do erro de avaliação, o conhecimento privilegiado do *stock* comparativamente ao dos fluxos e, a impossibilidade de apuramento dos processos de mudança de nacionalidade. Os dados usados neste estudo foram obtidos dos censos de 1991 e 2001.

Inquérito ao Emprego

O inquérito ao Emprego, realizado pelo INE e harmonizado com o inquérito europeu, recolhe entre outra informação relevante sobre o mercado de trabalho, informação sobre imigrantes assente na nacionalidade e no local de nascimento, por sexo e idade.

Vários elementos sobre a população estrangeira e sobre a imigração podem ainda ser retirados do Inquérito ao Emprego mas o facto de se tratar de um inquérito por amostragem e de a sub-população de nacionalidade estrangeira não estar devidamente focada no processo de construção da amostra, retira, porém, algum grau de confiança a esta fonte para caracterizar os fluxos migratórios.

Registos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

O Serviço de Estrangeiros Fronteiras do Ministério de Administração Interna (SEF/MAI) é o organismo responsável pelo controlo da presença de estrangeiros em Portugal. Mantém também uma base de dados para fins estatísticos contendo informação sobre stock de estrangeiros com residência legal no país. As estatísticas anualmente disponibilizadas pelo SEF fornecem dados anuais sobre população estrangeira e desagregação por nacionalidade, sexo, local de residência e actividade económica (população activa e não activa, ocupação e situação na profissão. Esta fonte apresenta contudo certas limitações. Por definição não recolhe informação sobre imigrantes em situação irregular. A informação sobre idade e certas características sócio económicas tais como desemprego, sector económico de actividade, profissão e nível de educação só estão disponíveis desde 1999 e para os estrangeiros que solicitem o visto de residência.

O SEF também disponibiliza informação sobre os fluxos de entradas e saídas. Para contabilizar as chegadas utiliza a informação sobre autorizações de residência permanente apesar da data de entrada assentar no critério de um ano e não no ano de actual autorização. Os números do stock anual de entrada são também actualizados pelos óbitos, autorizações, expulsões e partidas.

3.2 – Definições e conceitos

População imigrante e população estrangeira

A *nacionalidade*, é definida nas estatísticas oficiais como a “cidadania legal presente do indivíduo no momento da observação; sendo consideradas as nacionalidades constantes no passaporte, na autorização de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado” (INE, *Estatísticas Demográficas*). O conceito de *nacionalidade estrangeira* é comum nas várias fontes consultadas, referindo-se aos indivíduos de nacionalidade não portuguesa.

Por *imigrante* entende-se o indivíduo que entra no território português para neste se estabelecer, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo superior a um ano. O conceito de *imigrante permanente* difere consoante a fonte utilizada. Segundo (INE, *Estatísticas Demográficas*) “imigrante permanente” é um “indivíduo que entra no país com a intenção de aqui permanecer por um período superior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo superior a um ano” (noção coincidente com a da ONU). A forma de operacionalização revela-se limitativa: os dados “referem-se exclusivamente aos indivíduos de nacionalidade não portuguesa que requereram pela primeira vez junto dos serviços oficiais competentes uma autorização de residência por um período de um ano” (sendo o ano de “imigração” o da procura de legalização). Excluem-se assim, os imigrantes irregulares. Nos recenseamentos, o conceito é mais abrangente e inclui os indivíduos de nacionalidade não portuguesa.

Os dados de *stock* dos estrangeiros do SEF e dos censos agrupam indistintamente estrangeiros que imigraram e outros que nasceram no país. Contudo, os censos permitem proceder a esta desagregação bem como individualizar os estrangeiros que nasceram em Portugal e, deste modo, avaliar a ordem de grandeza da segunda geração de migrantes.

Os indivíduos de nacionalidade estrangeira que obtêm a nacionalidade portuguesa passam, por sua vez, a não entrar nas estatísticas dos *stocks* de estrangeiros: em termos do SEF, deixam de pertencer aos respectivos registos; quanto aos censos e às estatísticas demográficas, não são distinguidos dos portugueses de origem. Um último problema conceptual deve ser referido. O facto de muitos dos imigrantes em Portugal serem oriundos das antigas colónias, não permite avaliar o impacto real da *imigração estrangeira*. Enquanto no primeiro ciclo de imigração, que decorreu até meados dos anos 70, a população de origem africana que entrava em Portugal - e que viria a criar importantes redes que sustentaram a imigração nos anos 80 e 90 - era de nacionalidade portuguesa, no segundo ciclo era nacional de países terceiros.

A definição de *população residente* adoptada nas estatísticas nacionais consiste no “conjunto de pessoas que, independentemente de no momento de observação estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a maior parte ou a totalidade dos seus haveres” (INE, *Estatísticas Demográficas*, INE, *Censos 91*). Deste modo, a população estrangeira está automaticamente incluída na população residente.

Porém, quando se analisa o *stock* de estrangeiros residentes, depara-se com universos diferentes. No caso das estatísticas oficiais do SEF, são captados os *estrangeiros com residência legalizada*, isto é, os “indivíduos de nacionalidade não portuguesa a quem foi concedida uma autorização de residência pelos serviços oficiais competentes”. No caso dos censos tal não sucede: o critério principal é o da *nacionalidade de facto* e não o da legalidade da residência no país. Noutros termos, enquanto os dados do SEF ignoram a componente irregular da imigração, tal não sucede necessariamente com outros instrumentos estatísticos.

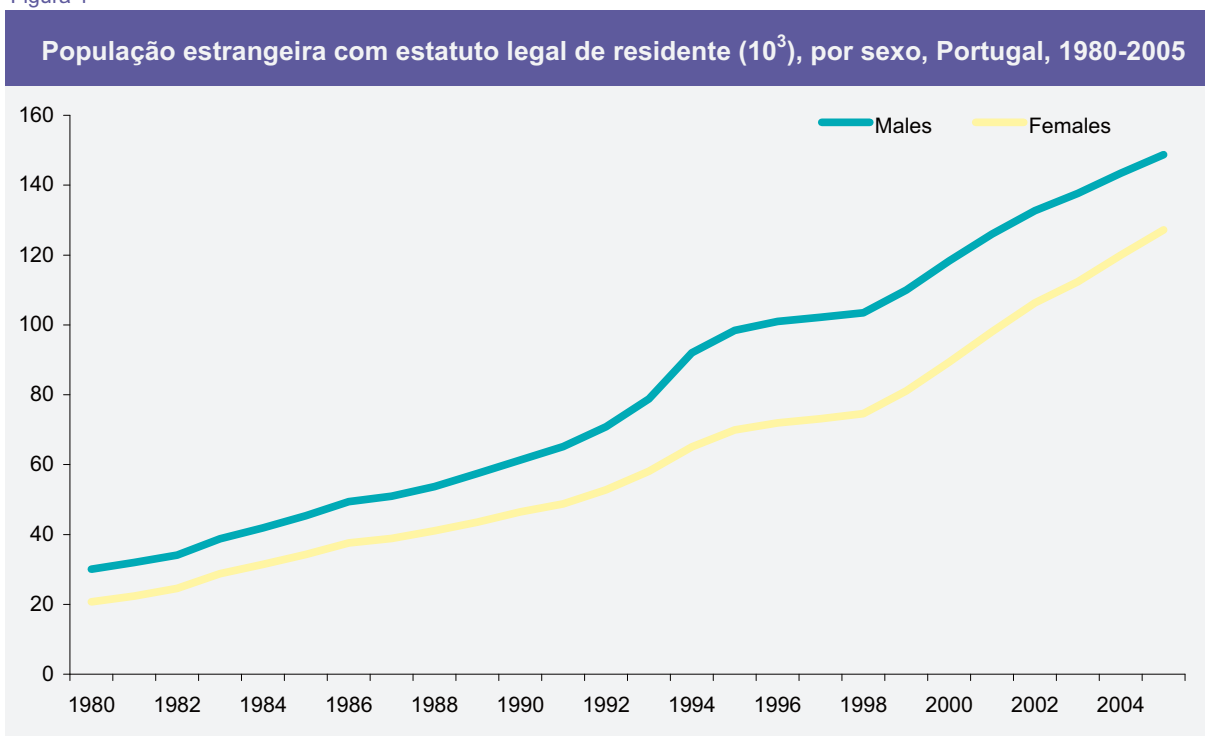
A diferença entre *estrangeiros* e *imigrantes* torna-se de precisão complexa com as actuais fontes.

Neste estudo a população imigrante consiste na população estrangeira.

População Estrangeira Residente em Portugal

A população estrangeira com residência em Portugal. De acordo com os dados provisórios para 2005 facultados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna a população com residência legal ascende a 275 906 indivíduos o que representa 2,6 % da população total. A relação de masculinidade é de 132 homens por 100 mulheres.

Figura 1



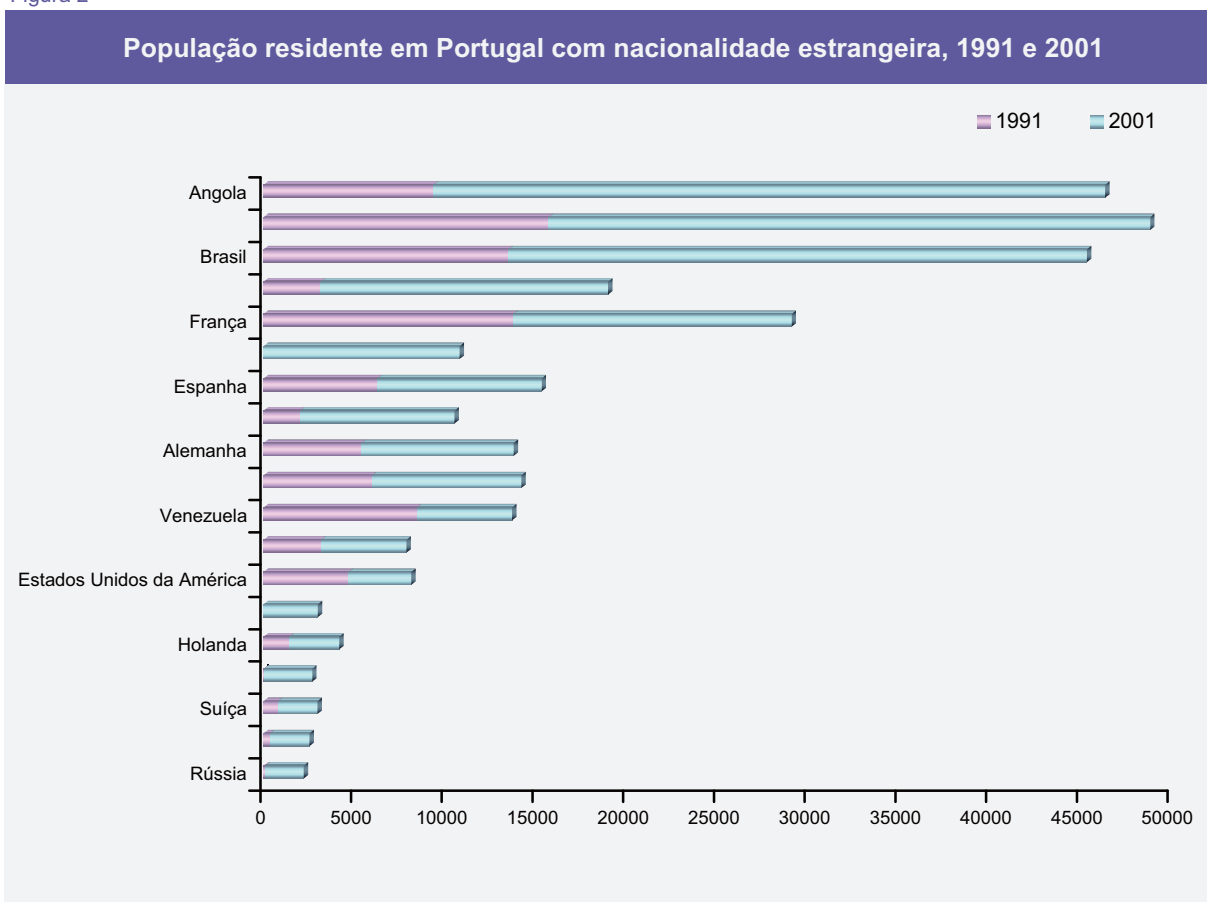
Fonte: MAI/SEF

Com base nesta fonte de informação a maior parte da população estrangeira vem de África (45.6% em 2005) mas a tendência é para desacelerar. O número de imigrantes vindos de Cabo Verde baixou para 20.5% enquanto a proporção de população com origem em Angola e Guiné Bissau diminuiu para 10.0% e 7.7% respectivamente. A proporção de Europeus residentes em Portugal continua a aumentar e atinge 32.1%, vindo a maior parte do Reino Unido (6.9 %), Espanha (5.9 %) e Alemanha (4.9 %). A proporção de Brasileiros residentes era de cerca de 11.4 % em 2005. Nos anos noventa do século passado a imigração proveniente da Europa do Leste aumentou, especialmente a com origem na Ucrânia, Rússia e Roménia e representa, em 2005, 2.3% do total da população estrangeira residente em Portugal.

Segundo a mesma fonte de informação, em 2005, foram prorrogadas 93 391 autorizações de permanência e 46 637 vistos de longa duração que incluem as categorias de trabalho, estada temporária e estudo.

Duas operações de regularização foram efectuadas em pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna, uma em 1992/93 e outra em 1996 tendo sido legalizados 39 166 e 35 082 cidadãos estrangeiros, respectivamente.

Figura 2



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

A população estrangeira residente em Portugal aumentou 6% entre os dois censos. O aumento é mais significativo entre os homens (7%), em particular na idade activa (15-64 anos). Em 1991, as mulheres excediam o número de homens neste grupo etário, mas em 2001 os resultados evidenciam o contrário. Em 2001, os imigrantes de Cabo Verde, Angola, Brasil e Guiné Bissau correspondiam a mais do que metade do total.

Quadro 1

População Estrangeira residente em Portugal, por sexo e idade, 1991 e 2001					
Censos	Idades	Total	Homens	Mulheres	Relação de Masculinidade
Censos 1991	Total	127 376	62 362	65 014	0,96
	0 - 14	35 506	18 135	17 371	1,04
	15 - 64	81 498	40 418	41 080	0,98
	65 e +	10 372	3 809	6 563	0,58
Censos 2001	Total	232 695	126 123	106 572	1,18
	0 - 14	33 465	16 811	16 654	1,01
	15 - 64	187 990	104 619	83 371	1,25
	65 e +	11 240	4 693	6 547	0,72

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Quadro 2

Taxas médias de crescimento anual (%) da população estrangeira residente em Portugal, 1991-2001			
	Total	Homens	Mulheres
Total	6,1	7,1	5,0
0 - 14	-0,6	-0,8	-0,4
15 - 64	8,4	9,6	7,1
65 e +	0,8	2,1	0,0

Fonte: INE- cálculos das autores com base nos resultados dos Censos 1991 e 2001

Educação

Em Portugal todos os cidadãos têm igual acesso à educação sem nenhuma forma de discriminação baseada na cor da pele, sexo, língua, fé ou religião, étnica ou origem social, estado de saúde, situação económica ou qualquer outro estatuto. A primeira inscrição na escola é obrigatória para crianças que completem 6 anos de idade até 15 de Setembro. Todas as crianças independentemente da situação legal ou não legal ou dos seus pais estão autorizadas a frequentar a escola e têm os mesmos direitos que outras crianças com situação legal (Lei nº 34/ 2003, 25 Fevereiro).

A informação sobre educação está disponível nos Censos de População e Habitação e nas Estatísticas de Educação recolhidas anualmente pelo Ministério de Educação enquanto órgão delegado do INE.

Nas últimas décadas Portugal experimentou um aumento dos níveis educacionais, em particular entre as mulheres. O mesmo fenómeno pode ser observado entre a população estrangeira residente em Portugal.

O nível atingido no Ensino Superior duplicou de 1991 (5.3%) e (10.5%) para 2001. A população que vem da Europa do Leste tem elevados níveis. (Rússia: 30.6%). É importante também referir o grande nível de educação dos Espanhóis. Ao contrário, os imigrantes provenientes das antigas colónias portuguesas apresentam os níveis de educação mais fracos. Com efeito, em 2001, 74.4 % da população estrangeira com idade compreendida entre os 15-64 anos proveniente de Cabo Verde tinha os níveis 0 e 1 do ISCED 1997 e a com origem na Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe representava cerca de 50% no mesmo nível de educação.

2011.spb

Quadro 3

Nível de educação (ISCED) da população estrangeira residente em Portugal com 15-64 anos (%), por nacionalidades, 1991 e 2001

País/ Nacionalidade	Nenhum e Básico		Secundário Nível 1		Secundário Nível 2		Universitário	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Total	54,7	39,1	32,7	45,6	7,2	4,7	5,3	10,5
Alemanha	28,6	17,2	45,0	51,5	13,9	9,4	21,6	22,0
Espanha	50,4	26,0	32,0	34,0	10,3	13,7	13,8	26,3
França	55,8	33,6	35,9	51,1	3,6	5,1	7,3	10,2
Holanda	11,7	16,9	49,7	43,0	21,6	15,9	28,7	24,2
Moldávia	—	19,4	—	52,0	—	7,7	—	20,8
Reino Unido	16,3	13,0	52,9	50,4	17,4	11,5	25,2	25,1
Roménia	0,0	20,3	36,4	62,9	27,3	8,4	63,6	8,4
Rússia*	9,0	16,6	33,3	44,0	21,8	8,9	55,1	30,6
Suíça	16,1	21,8	46,2	50,8	22,2	9,9	30,6	17,5
Ucrânia	—	23,6	—	48,8	—	8,2	—	19,4
Angola	67,0	42,8	29,7	52,1	2,2	1,7	2,3	3,4
Cabo Verde	90,8	74,4	8,3	23,8	0,5	0,5	0,8	1,3
Guiné-Bissau	57,4	49,9	38,3	44,1	3,1	2,0	3,0	4,1
Moçambique	62,7	39,8	33,9	52,9	1,9	2,1	2,7	5,2
São Tomé e Príncipe	71,1	49,2	25,2	44,8	2,9	2,4	2,7	3,6
Brasil	28,8	30,5	44,3	52,9	17,9	4,4	23,0	12,2
Estados Unidos da América	34,4	20,1	43,7	50,3	10,5	7,0	20,0	22,6
Venezuela	46,6	32,9	48,2	57,4	2,6	4,5	4,7	5,3
China	48,6	48,2	36,8	46,0	7,1	1,1	11,8	4,8

* 1991 - USSR

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

O Ministério de Educação tem registo de alunos de origem cigana para garantir que podem mudar de escola sempre que necessário devido à mobilidade deste grupo populacional. Os dados para o período 2000-2004 mostram que a maioria dos estudantes se concentra no nível 1 do ensino básico. Contudo, a tendência dos alunos de etnia cigana é para permanecerem mais tempo na escola.

2011.spb

Quadro 4

Alunos de etnia cigana matriculados no Continente, 2000-2004					
	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	Média
Total	8045	8906	9312	9335	8900
Pré - escolar	818	894	952	1011	919
Básico - nível 1	6440	7186	7289	7216	7033
Básico- nível 2	617	654	857	857	746
Básico- nível 3	162	161	191	217	183
Secundário - Cursos Gerais	7	7	16	29	15
Secundário - Cursos Tecnológicos	1	4	7	5	4

Fonte: Ministério da Educação - GIASE

Emprego e Desemprego

Em Portugal temos o Inquérito ao Emprego (IE) realizado pelo INE e harmonizado com o Inquérito Europeu. É possível recolher informação sobre mercado de Trabalho de acordo com a nacionalidade dos trabalhadores. Contudo, o desenho da amostra não está preparado para recolher informação detalhada e os coeficientes de variação respeitantes à força de Trabalho desagregada por nacionalidades são elevados. Para evitar o efeito dos erros associados analisámos os dados do IE considerando uma média de anos para os períodos 1998-2001 e 2002-2005 e só para os países que observavam coeficientes de variação aceitáveis. As taxas de actividade encontradas diferem consoante a nacionalidade imigrante e registam um acréscimo entre os dois períodos. O facto da população estrangeira ser sobretudo trabalhadora explica as elevadas taxas de actividade quando comparadas com a população nacional.

Quadro 5

Taxa de Actividade da população nacional e estrangeira residente em Portugal (%), 1998 - 2005		
Nacionalidade/Principais países	Média 1998-2001	Média 2002-2005
Total	50,9	52,3
Portugal	50,8	52,0
Espanha	52,6	55,2
França	49,3	54,9
Angola	63,6	63,8
Cabo Verde	62,5	64,8
Brasil	66,3	73,0
UE15	51,5	52,9
PALOP	62,1	62,7
CPLP	63,2	66,5

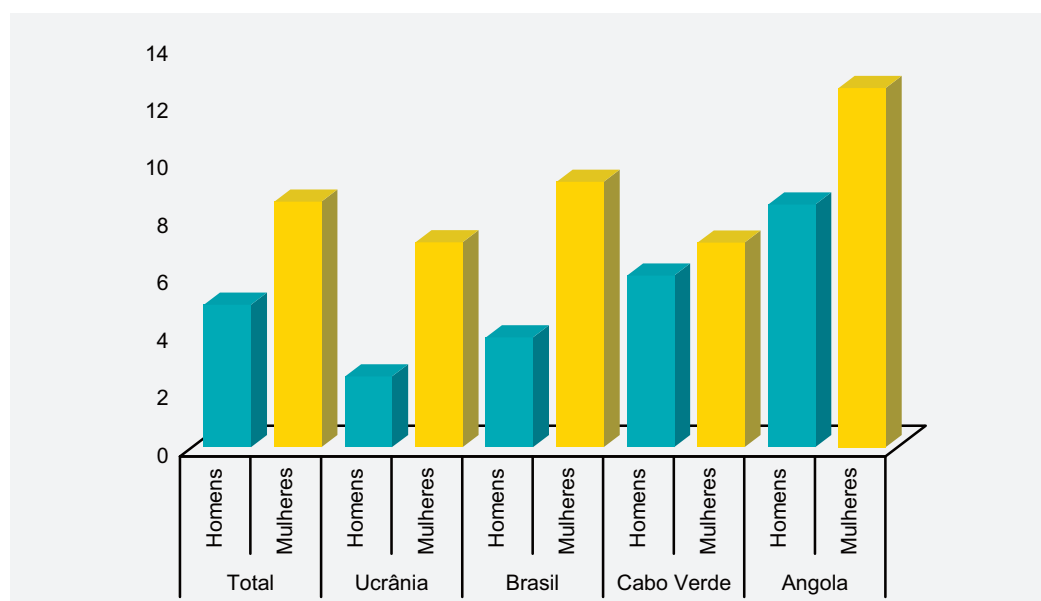
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

PALOP: Países de Língua Portuguesa

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Figura 3

População estrangeira desempregada dos 15 aos 64 anos (em % da população total) por algumas nacionalidades e sexo, 2001



Fonte: INE, Censos 2001

O desemprego, assente na informação censitária, é maior entre as mulheres e nestas entre a nacionalidade angolana. A população proveniente da Ucrânia é a que regista as taxas de desemprego mais fracas, tanto para homens como para mulheres.

Temos também os registos de desemprego conduzidos pelo Ministério de Trabalho e Solidariedade Social não considerados na presente análise.

Profissão e Nível Educacional

A profissão apresenta uma grande ligação com o nível educacional. A população vinda da Ucrânia regista o nível de educação mais elevado e a proporção mais alta (20 % em 2001) do total da população a trabalhar na construção civil.

É importante associar a variável educação com a profissão para compreender os dados. Esta análise, assente nos resultados dos Censos 2001, mostra que a população em idade activa, dos 15-64 anos, evidencia diferentes rácios entre a profissão e o nível de educação. A proporção de indivíduos em idade activa com nível universitário a exercerem uma profissão não qualificada, em particular no sector da construção civil, varia muito consoante a nacionalidade: 16,1% entre os ucranianos e 0,2% entre os espanhóis, cabo-verdianos e portugueses.

Encontram-se importantes disparidades quando se compara o rácio emprego/nível de educação para a população espanhola e da Europeia do Leste. Entre o primeiro grupo de trabalhadores a profissão corresponde ao nível de educação possuído enquanto no segundo grupo se concentra o trabalho menos qualificado.

2001, p.25

Quadro 6

População residente em Portugal em idade activa dos 15-64 anos(%), segundo a profissão e o nível de educação, 2001

Níveis de Ensino (ISCED 97)	Trabalhadores dos Serviços particulares (51)	Operários, artífices e trabalhadores similares de construção (71)	Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio (91)	Trabalhadores não qualificados das minas e construção civil (93)
Portugal				
Nenhum e Básico	58,3	83,4	74,9	76,2
Secundário nível 1	40,0	16,4	24,6	23,5
Secundário nível 2	0,7	0,1	0,2	0,1
Universitário	1,0	0,1	0,3	0,2
Espanha				
Nenhum e Básico	41,7	56,8	74,9	76,2
Secundário nível 1	46,9	38,6	24,6	23,5
Secundário nível 2	5,5	2,8	0,2	0,1
Universitário	5,8	1,7	0,3	0,2
Ucrânia				
Nenhum e Básico	21,7	56,8	23,9	25,3
Secundário nível 1	46,5	38,6	42,2	51,6
Secundário nível 2	9,1	2,8	10,1	6,9
Universitário	22,7	1,7	23,8	16,2
Cabo Verde				
Nenhum e Básico	67,1	23,1	83,7	83,6
Secundário nível 1	32,4	53,3	16,0	16,1
Secundário nível 2	0,3	7,0	0,1	0,2
Universitário	0,2	16,5	0,3	0,2
Angola				
Nenhum e Básico	44,8	82,9	54,2	47,4
Secundário nível 1	53,4	16,8	44,4	49,8
Secundário nível 2	0,8	0,1	0,4	0,9
Universitário	1,0	0,2	1,0	1,9
Brasil				
Nenhum e Básico	32,3	50,5	40,1	45,1
Secundário nível 1	61,7	47,4	53,8	52,1
Secundário nível 2	2,2	0,9	1,9	1,3
Universitário	3,7	1,2	4,2	1,5

Fonte: INE, Censos 2001

Habitação

A maioria da população estrangeira vive em alojamentos convencionais. Os imigrantes com origem nas antigas colónias e, em particular, de Cabo Verde são aqueles que vivem em piores condições. Na verdade, eles retêm a percentagem mais elevada de imigrantes vivendo em barracas. Contudo, o número reduz-se a metade entre 1991 (22,3%) e 2001 (10,5%). Os imigrantes de Moçambique e Angola vivem em melhor situação (Quadro Anexo 3).

Asilados e refugiados

Portugal é membro da Convenção de Genebra assinada em 1951 e do Protocolo de Nova Iorque de 1967 no que se refere ao estatuto legal de refugiados e tem assinado legislação relevante nas últimas décadas (Lei nº15/ 98 de 26 de Março). A emenda de 2 de Abril de 1976 da Constituição garante o direito de asilo em território português.

Os valores não são muito significativos e rondam os 200 indivíduos.

Conclusões e Recomendações

O objectivo é mostrar como diferentes fontes podem facultar igual ou diferente tipo de informação. Os Recenseamentos Gerais da População (INE), Inquérito ao Emprego (INE), e registos do Ministério da Administração Interna (MAI/SEF) são as fontes nacionais de informação disponíveis para estudar as migrações internacionais. Este artigo foca a combinação dos três diferentes tipos de dados.

A análise comparativa de diferentes fontes de informação evidencia disparidades entre as várias nacionalidades mas não permite concluir sobre a existencia de discriminação étnica. Algumas vezes podemos ver discriminação onde existem enquadramentos sociais e culturais diferentes ou desigualdade de oportunidades.

As estatísticas oficiais apresentam o perfil da população estrangeira residente em Portugal mas revelam algumas limitações.

Como se pode verificar com base no Inquérito ao Emprego e nos registos do MAI/SEF o número de estrangeiros que entrou em Portugal nos últimos anos tem aumentado e os quantitativos não diferem muito.

O Inquérito ao Emprego faculta informação útil para identificar a população em risco mas não pode dar estimativas realistas de sub populações pelo facto de a amostra não estar preparada para tal. A fraqueza desta fonte é a impossibilidade de desagregar nacionalidades específicas. Contudo, os dados mostram um nível de imigração muito perto do stock registado pelo SEF/MAI:

O rácio emprego/nível de educação regista fortes disparidades entre a população estrangeira, com os trabalhadores de nacionalidade ucraniana a evidenciarem um padrão de profissão não correspondente ao seu nível de educação.

Os Censos da População e os registos do SEF/MAI são as fontes que facultam ou podem providenciar informação mais detalhada. O Inquérito ao Emprego tem a favor, comparativamente aos Censos, a actualidade da informação, mas como constrangimento o facto de amostra não estar preparada para recolher informação detalhada sobre nacionalidades, conforme referido anteriormente.

Para integrar os imigrantes é necessário quantificá-los e recolher adequada informação desagregada por sexo, idade e características económicas.

Para medir a discriminação étnica é preciso recolher informação, talvez, baseada na auto resposta inserida em inquéritos por amostragem e estudos. Nesse sentido, queixas e casos judiciais observados, em certas situações, podem ser analisados e fornecer informação sobre processos de discriminação.

Referências Bibliográficas

"Common Measures for Discrimination II, Recommendations for Improving the Measurement of Discrimination", November 2006.

"Towards Common Measures for discrimination: exploring possibilities for combining existing data for measuring ethnic discrimination", Centre for Combating Ethnic Discrimination and Danish Institute of Human Rights, November 2005.

Council of Europe "The Demographic Characteristics of Immigrant Populations", Population Studies nº 38; Strasbourg 2002.

ILO - New ILO programme to tackle discrimination, integration of migrant workers in Europe [www.ilo.org<public/english/bureau/inf/prof/pr/2004](http://www.ilo.org/public/english/bureau/inf/prof/pr/2004)

INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991, Lisboa.

INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001, Lisboa.

INE, Estatísticas Demográficas

INE, Inquérito ao Emprego

ACIME, Annual Reports

Ministério da Educação – GIASE

Baganha, Maria I.; Marques, J. Góis, P. (2006) "Eastern European Immigrants in Portugal", in Revista de Estudos Demográficos nº 38, 31-45, INE, Lisboa.

Malheiros, J. M. (1997) "Indians in Lisbon: Ethnic Entrepreneurship and the Migration Process" in King, r.; Black, R. Southern Europe and the New Immigrations. Sussex Academic Press, Brighton, 93-112.

Malheiros, J. M.; Vala, F. (2004) "The ethnic segregation problematic – conceptual issues and operational limits: the case of Lisbon Metropolitan Area", in Revista de Estudos Demográficos nº 36, 89-109, INE, Lisboa.

Moreira, Humberto (2006) "International Mobility in Higher Education", in Revista de Estudos Demográficos nº 39, 37-66, INE, Lisboa.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras(2007)Relatório de Actividades, Imigração, Fronteiras e Asilo, 2006, Lisboa,

Anexo 1

Indicadores sobre actividade económica da população estrangeira residente em Portugal, 1991 e 2001

País / Nacionalidade	População economicamente activa							
	1991				2001			
	Total	%	Homens	Mulheres	Total	%	Homens	Mulheres
População Activa estrangeira	44 065		28 167	15 898	132 577		83 542	49 035
Alemanha	1 631	3,7	1 074	557	3 600	2,7	2 179	1 421
Espanha	2 261	5,1	1 445	816	4 498	3,4	2 473	2 025
França	3 652	8,3	1 999	1 653	7 418	5,6	3 881	3 537
Holanda	556	1,3	365	191	1 100	0,8	673	427
Moldávia	—	—	—	—	2 789	2,1	2 374	415
Reino Unido	1 803	4,1	1 115	688	3 063	2,3	1 802	1 261
Roménia	5	0,0	3	2	2 327	1,8	1 837	490
Rússia	30	0,1	13	17	1 651	1,2	1 158	493
Suíça	170	0,4	124	46	352	0,3	227	125
Ucrânia	—	—	—	—	10 071	7,6	8 402	1 669
Angola	4 083	9,3	2 278	1 805	19 378	14,6	11 352	8 026
Cabo Verde	9 496	21,5	6 586	2 910	19 618	14,8	10 966	8 652
Guiné-Bissau	1 684	3,8	1 417	267	9 093	6,9	6 661	2 432
Moçambique	1 303	3,0	747	556	2 738	2,1	1 514	1 224
São Tomé e Príncipe	943	2,1	554	389	4 527	3,4	2 198	2 329
Brasil	5 658	12,8	3 431	2 227	21 266	16,0	13 045	8 221
Estados Unidos da América	900	2,0	607	293	1 151	0,9	743	408
Venezuela	2 171	4,9	1 495	0 676	2 634	2,0	1 724	910
China	208	0,5	126	82	1 606	1,2	947	659

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Anexo 2

Indicadores sobre a inactividade da população estrangeira residente em Portugal, 2001

País/ Nacionalidade	População Inactiva							
	1991				2001			
	Total	%	Homens	Mulheres	Total	%	Homens	Mulheres
População inactiva estrangeira	79 001		32 508	46 493	87 789		37 388	50 401
Alemanha	3 629	4,6	1 508	2 121	4 543	5,2	2 005	2 538
Espanha	3 846	4,9	1 294	2 552	4 217	4,8	1 420	2 797
França	9 676	12,2	4 195	5 481	7 288	8,3	2 976	4 312
Holanda	820	1,0	357	463	1 599	1,8	728	871
Moldávia	—	—	—	—	125	0,1	61	64
Reino Unido	4 069	5,2	1 805	2 264	5 038	5,7	2 331	2 707
Roménia	10	0,0	2	8	249	0,3	101	148
Rússia	75	0,1	28	47	339	0,4	128	211
Suíça	613	0,8	281	332	1 796	2,0	870	926
Ucrânia	—	—	—	—	368	0,4	167	201
Angola	4 726	6,0	1 758	2 968	14 550	16,6	6 189	8 361
Cabo Verde	5 410	6,8	1 693	3 717	11 748	13,4	5 174	6 574
Guiné-Bissau	1 311	1,7	546	765	5 434	6,2	2 596	2 838
Moçambique	1 717	2,2	648	1 069	1 604	1,8	592	1 012
São Tomé e Príncipe	941	1,2	318	623	3 446	3,9	1 508	1 938
Brasil	7 292	9,2	2 745	4 547	8 892	10,1	3 337	5 555
Estados Unidos da América	3 694	4,7	1 658	2 036	2 224	2,5	1 076	1 148
Venezuela	6 059	7,7	2 919	3 140	2 384	2,7	1 024	1 360
China	144	0,2	58	86	555	0,6	211	344

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade de por tipo de alojamento (%), 1991-2001

País/ Nacionalidade	Alojamento familiar clássico		Barraca		Casa rudimentar de madeira		Alojamento familiar móvel		Alojamento familiar improvisado		Outras unidades de alojamento		Alojamento colectivo - convivência por razão social	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Total	92,5	93,5	4,7	2,9	0,3	0,2	0,1	0,2	0,7	1,0	0,0	0,2	0,6	0,5
Alemanha	98,2	98,0	0,0	0,1	0,1	0,4	0,3	0,4	0,1	0,2	0,0	0,2	0,7	0,2
Espanha	92,0	94,5	0,7	0,3	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,2	2,2	1,2
França	99,0	99,0	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2
Holanda	97,3	96,5	0,4	0,1	0,0	0,8	0,3	0,9	0,1	0,1	0,0	0,0	0,2	0,1
Moldávia	—	90,2	—	1,3	—	0,2	—	1,1	—	2,8	—	0,7	—	0,1
Reino Unido	98,6	98,2	0,1	0,1	0,3	0,2	0,3	0,5	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,3
Roménia	100,0	89,9	0,0	0,8	0,0	0,1	0,0	1,2	0,0	2,2	0,0	0,8	0,0	0,5
Rússia	97,4	92,2	0,0	0,7	0,0	0,3	0,9	0,8	0,0	2,4	0,0	0,5	0,0	0,3
Suiça	97,9	99,1	0,0	0,0	0,5	0,1	0,0	0,1	0,4	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1
Ucrânia	—	87,9	—	1,5	—	0,6	—	1,3	—	3,8	—	1,8	—	0,1
Angola	89,5	94,5	5,5	2,4	0,7	0,1	0,0	0,0	0,7	0,8	0,0	0,1	1,5	0,6
Cabo Verde	72,4	85,6	22,3	10,5	1,0	0,4	0,1	0,0	3,3	1,5	0,0	0,3	0,2	0,4
Guiné-Bissau	70,7	89,2	24,2	6,8	0,9	0,0	0,0	0,2	1,9	0,8	0,0	0,1	0,7	1,0
Moçambique	93,6	93,8	2,1	1,2	0,5	0,0	0,0	0,1	0,9	0,4	0,2	0,2	1,2	1,2
São Tomé e Príncipe	74,7	86,9	20,8	8,5	1,0	0,0	0,1	0,0	2,0	3,3	0,1	0,2	0,1	0,4
Brasil	98,5	97,5	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,7	0,0	0,2	0,4	0,3
Estados Unidos da América	98,6	98,6	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,3	0,3
Venezuela	99,7	99,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1
China	99,4	99,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Notas e Documentos 73





Comentários Finais

Paulo Machado

Sociólogo. Investigador Auxiliar.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Estimados Amigos,

As primeiras palavras são de agradecimento e naturalmente dirigidas a quem teve o mérito de pensar e (depois) realizar este estupendo Seminário. Foi para mim, e estou certo que para cada um dos presentes, um dia de trabalho muito agradável, útil e interpelante, que decorreu numa sala não menos agradável e coberta de simbolismo – ou não fosse o Salão Nobre desta prestigiada instituição, como é o Instituto Nacional de Estatística.

Dispenso-vos da justificação, que quase sempre invoco, sobre a relação entre a minha condição de sociólogo e a instituição a que pertenço (LNEC), e apenas menciono esta relação porque me apeteceria lançar desde já um repto, não totalmente colateral ao tema deste Seminário, e que respeita à necessidade de se aprofundarem as relações conceptuais e estatísticas instrumentais entre os dados da **população** e os dados da **habitação** (edificado e alojamento). Muito se tem feito para esse *matching* estatístico. Mas Fernando Chau (INE) mencionou a oportunidade e necessidade de se desenvolverem novos procedimentos dessa natureza para enriquecer o potencial inerente aos dados estatísticos produzidos. Pela minha parte faço votos para que esse *matching* se revele ainda mais profícuo quando pensamos em pessoas e nas suas condições habitacionais – o que nos sugere óbvia consideração da variável ‘sexo’ nos respectivos apuramentos. Dela se partiria para a consideração das diferentes condições habitacionais entre géneros, sobretudo a pensar nas gerações mais idosas. Muito há, nesta matéria, para estudar.

Relativamente aos trabalhos, o meu primeiro comentário vai para o «produto» que o INE designou por PERFIL GÉNERO (que desde logo me pareceu uma designação feliz). Tive oportunidade de navegar nos seus menus, consultar a informação nele contida, beneficiar das operações que realiza (exportação de tabelas, grafismos, disponibilização da meta-informação), e quero testemunhar o seguinte:

1. Tem qualidade;
2. Tem relevância social;
3. É socialmente oportuno.

Fica-se com a garantia de que os dados estatísticos depositados no PERFIL GÉNERO são bons instrumentos para o conhecimento da sociedade, quer do seu presente como do seu passado, e nesse sentido diremos que cumprem o seu papel.

No caso desta solução denominada PERFIL GÉNERO, desenvolvida em parceria com outras instituições, nem é tanto “o que há de novo” que está em destaque. É seguramente, e não é pouco, a organização da informação e a sua acessibilidade que merecem ser mencionadas e valorizadas. Percebe-se que houve um esforço de “facilitar a vida” ao utilizador. É uma boa resposta que cabe destacar.

Estas soluções integradas, que mobilizam indicadores ordenados por temas, são respostas técnicas impelidas por transformações sociais, algumas das quais se insinuem lenta e gradualmente, atingindo o patamar do *mainstreaming*. Justamente o que nos sublinhou Dina Canço (CIDM) na sua comunicação, ao referir que foi a partir da Conferência de Pequim (em 1995) que o “*mainstreaming de género se torna central. Ou seja, reconhece-se a necessidade de pensar os grandes problemas da sociedade tendo em conta as diferenças de género, e de integrar em todas as políticas a perspectiva de género, tendo em conta que o impacto e a eficácia dessas políticas dependem da situação real de homens e de mulheres, e dos diferentes papéis que desempenham na sociedade*”.

Um segundo comentário, que em grande parte é suscitado por este primeiro, prende-se com o que se poderia designar pela retroacção inerente a este processo de produção e de divulgação dos dados sociais. Essa retroacção é perceptível e desejável entre o que se produz em termos estatísticos, o que se produz (por via da definição das políticas, com maior ou menor grau normativo) e o que se produz em termos de conhecimento científico. Há uma retroacção triangular virtuosa que torna legítima a interrogação sobre até que ponto a produção estatística é determinante para a produção científica e como esta(s) influencia(m) a decisão política.

A resposta pode parecer óbvia, mas considerando o tema que aqui nos reuniu, ela exige que a tomemos como crucial, e a dignifiquemos como uma das conclusões (e porque não recomendações) deste Seminário. Ou seja, importa perceber que quando o INE assume a responsabilidade (em parceria) de produzir o PERFIL GÉNERO, está a contribuir para que mais investigadores, mais instituições, e mais genericamente a sociedade civil e os poderes públicos conheçam uma realidade social, sobre a qual pronunciarão os seus juízos: e todos por essa via contribuem para a transformação da relação iníqua entre géneros, desejavelmente em reforço de uma cultura de igualdade de oportunidades (mantendo a saudável diferença entre sexos). O apelo à utilização do PERFIL GÉNERO foi ouvido nesta sala e pronunciado por uma das pessoas com maior responsabilidade neste Instituto.

Neste sentido, a recomendação corresponderia a incentivar que os estudos, as políticas e os juízos cívicos se apoiassem em dados sociais estatísticos, utilizando a base de dados PERFIL GÉNERO, retroagindo sobre esta para que possa evoluir e responder a novas exigências de conhecimento. Por exemplo, sabendo-se das enormes diferenças que encontramos no território nacional em termos culturais, económicos, demográficos, sociais e políticos, a ventilação de alguns indicadores com a desagregação geográfica (ou seja, por NUTS I, II ou III) pode ser relevante. Também o atributo idade, em certos indicadores existentes no PERFIL GÉNERO, suscitaria novas e estimulantes problematizações. Testemunhámos em algumas das intervenções deste Seminário, como tenham sido as de Deborah Olszewski (EMCDDA) e de Carla Silva (INE), o enorme potencial da variável idade na reflexão sobre o posicionamento diferencial do género em função da idade e diante de fenómenos como o consumo de drogas ou a saída precoce do sistema educativo.

Um terceiro comentário exige que compreendamos que a produção e a divulgação estatística é uma condição necessária para a transformação da cultura da desigualdade social baseada no género, quantas vezes hipocritamente justificada pelas diferenças biológicas sexuais, mas não é uma condição suficiente. E não o é porque, importa ter presente, a igualdade – como muito bem sublinha Lúcia Amâncio em trabalhos recentes – é um valor, é um princípio que deve enformar as relações sociais e não é redutível em termos estatísticos: diga-se, não é totalmente mensurável. Percebe-se! A cultura, entendida como um universo estruturado de recursos que orientam as nossas maneiras de pensar e os nossos modos de agir, não pode resumir-se a uma expressão numeral. Mas os numerais da nossa cultura de relacionamento entre géneros existem e são eloquentes, e poderão, sob controlo de certas condições metodológicas e técnicas, apoiar a sugestão de Dina Canço, relativa à criação de um índice de igualdade de oportunidades, que sublinhamos e tomaríamos como recomendação sufragada neste Seminário.

Por conseguinte, o PERFIL GÉNERO contribui para perceber algumas das dimensões que podemos reconhecer associadas à identidade masculina e à identidade feminina na nossa sociedade, em muitos casos permitindo

captar como essas características evoluíram nas últimas décadas, mas não esgota o potencial de conhecimento que é preciso ainda adquirir e estimular em termos da compreensão dos factos sociais que impõem e fazem reproduzir a desigualdade baseada no género. Isto mesmo pareceu evidente na comunicação apresentada por Joana Figueiredo, respeitante à caracterização do mercado de trabalho Português numa perspectiva de género. Captamos a intensidade da diferença, precisamos ainda assim de espolhar a sua sociogénese e o seu elevadíssimo potencial morfogenético.

Verdadeiramente, e não é pouco, os dados contidos no PERFIL GÉNERO são parcialmente ilustrativos de uma condição social do género, entendendo este como, recorrendo a Connel (citado por Lígia Amâncio), como *“uma estrutura de relações sociais que se centra na esfera produtiva e no conjunto de práticas que trazem as diferenças reprodutivas, inscritas no corpo, para os processos sociais”*. Ora, a comunicação de Pedro Vasconcelos (ISCTE) sobre o olhar sociológico sobre a família e género reforça este ponto de vista e estimula a novos desenvolvimentos estatísticos (incluindo outras recolhas de informação) que cabe discutir. Também Angela Me (UNECE) se pronunciou sobre esta mesma matéria.

Um último comentário para reforçar que ao longo dos trabalhos se tornou onnipresente a mudança social em Portugal, a importância de a monitorizar, e também a legitimidade que as sociedades e os cidadãos têm em procurar orientar essa mesma mudança, em função dos valores predominantes e legalmente consagrados. Os dados estatísticos oficiais acessíveis pelo PERFIL GÉNERO revelam percursos em conformidade com essa mudança (con)sentida e outros, mais divergentes, porventura mesmo em sentido contrário ao desejado. Ficou a dúvida, principalmente alimentada pelos dois vivos debates (durante a manhã e a tarde) sobre se uma linha discursiva que acentua a antinomia entre géneros não beneficiará mais a discriminação em função do género, já de si culturalmente enraizada, do que beneficiará a aceitação da igualdade de oportunidades.

De facto, a acentuação antinómica (o NÓS masculino em oposição ao NÓS feminino) parece não favorecer o desenvolvimento de estratégias de identidade comum, de natureza supra-ordenada, onde podem subsistir as diferenças de sexo e as desejáveis diferenças de género, sem atropelo dos direitos, liberdades e garantias constitucionais. E de resto, essa acentuação da diferença sugere mesmo que se faz nesta matéria da discriminação pelo género diferentemente do que se defende para combater as outras discriminações sociais (e que vai sempre num sentido mais integrador).

Talvez seja questão para próxima iniciativa do INE, em parceria com diferentes entidades, replicando o sucesso inegável deste Seminário Homens e Mulheres em Portugal. Sem a sua concretização, não estaríamos a remoer nestes assuntos. Bem hajam por isso.





O número 40 da Revista de Estudos Demográficos (RED) versa sobre um conjunto de temas tais como a fecundidade feminina e masculina segundo o nível de educação e as grandes alterações ocorridas e as esperadas nas próximas décadas na estrutura da população portuguesa e, tenta-se identificar as disparidades regionais do fenómeno do envelhecimento demográfico. Finalmente, um artigo sistemático no segundo semestre de cada ano, que analisa a situação demográfica do país com base na informação mais recente e destaca as mudanças mais relevantes e os factores que as determinam. Em notas e documentos, divulga um trabalho sobre o enquadramento genérico das estatísticas oficiais, desde a última reestruturação do Sistema Estatístico Nacional, em particular na área estatística da Demografia.